

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

Em 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da CCR (controladora), passando de Companhia de Concessões Rodoviárias para CCR S.A.

A CCR S.A. (“Companhia” ou “CCR”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “CCRO3”.

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, a CCR é responsável por 2.437,60 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,02 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBA, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias e Renovias, sendo as duas últimas por meio de sua controlada CPC.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Ambiental Veicular do município de São Paulo), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e Estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre) e SAMM (atividades em multimídia).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Controladas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBA)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

Controladas em conjunto:

- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)

Concessões do Grupo CCR

Veja, a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBAn: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passa a ser até janeiro de 2037;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste: Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 95% do capital social da concessionária.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na Fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco Estações na Fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a Estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A ViaQuatro já concluiu a primeira fase do projeto com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR tem 58% do capital social dessa concessionária.

Outras empresas do Grupo

Além dessas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A empresa tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria. A Companhia de Participações em Concessões (CPC) tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de eventuais novos negócios. Detém, desde 2008, participação de 40% na Renovias e, desde 2009, participação de 45% no capital social da Controlar (50% do controle societário). Em outubro de 2010, passou a controlar integralmente a SPVias, mediante a aquisição de 100% das ações representativas de seu capital social. Também em 2010, incorporou a Engelog, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, essas áreas foram reestruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Renovias: Responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC tem 40% do capital social da concessionária.

Controlar: Concessionária exclusiva de serviços públicos municipais, responsável até 2018 pela inspeção ambiental veicular na frota registrada da cidade de São Paulo. Atualmente, a Controlar possui 27 centros de inspeção em 16 endereços diferentes. A CPC detém 45% do capital dessa concessionária (correspondente a 50% das ações ordinárias).

CCR SPVias: Concessionária responsável pela administração de seis trechos de rodovias no Estado de São Paulo, num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027. A CPC detém 100% do capital social dessa concessionária.

Actua Assessoria, Parques e Inovap 5: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a CCR Ponte, CCR ViaLagos, CPC, SAMM e CPCSP.

STP e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre, utilizados atualmente por cerca de 3,2 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em mais de 50 concessionárias de rodovias e em 114 *shoppings* nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia. A CCR detém 38,25% da STP.

CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

CCR Estados Unidos: Empresa cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

SAMM: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades.

CPCSP: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias, os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

No tocante à Controlar, a concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, licenciados no município de São Paulo.

Em relação à ViaQuatro, a concessionária é responsável pela operação e manutenção da Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo por um período de 30 anos. A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens e sistemas (sinalização, comunicação e controle) e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da CCR ViaLagos, Controlar e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão das rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Apresentação demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controladas em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Patrimônio líquido da controladora	3.267.625	3.182.387
Baixa do ativo diferido	(179.323)	(179.323)
Reversão da amortização do ativo diferido	117.064	105.654
Patrimônio líquido consolidado	<u>3.205.366</u>	<u>3.108.718</u>

Ajustes no resultado do exercício

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado do exercício da controladora	887.962	663.758
Baixa do ativo diferido	-	-
Reversão da amortização do ativo diferido	11.410	7.964
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores)	<u>899.372</u>	<u>671.722</u>

Em 29 de fevereiro de 2012, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Reclassificações

Para melhor apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2010, os saldos a pagar relacionados à remuneração do pessoal chave da Administração foram reclassificados da rubrica Partes relacionadas para Obrigações sociais e trabalhistas. O montante da reclassificação foi de R\$ 7.970 (controladora) e R\$ 14.064 (consolidado). O saldo de notas promissórias de 2010 no montante de R\$ 50.479 (consolidado) foi reclassificado da rubrica empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro para a rubrica debêntures e notas promissórias.

Além disso, no balanço patrimonial, foram criadas as rubricas de contas a receber - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas, no ativo circulante e no não circulante; contas a pagar a partes relacionadas e fornecedores partes relacionadas no passivo circulante e não circulante, aumento de capital partes relacionadas no não circulante, mútuos partes relacionadas e plano de incentivo partes relacionadas, no passivo circulante e no não circulante, anteriormente registrado somente como partes relacionadas.

Os respectivos efeitos dessas reclassificações no balanço patrimonial foram considerados nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo;
- Ativos e passivos de empresas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2009, reconhecidos inicialmente ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

3	Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível (ICPC 01 (R1)/IFRIC 12)
8	Provisão para devedores duvidosos
10b	Impostos diferidos
15	Depreciação do ativo imobilizado
16	Amortização dos ativos intangíveis
16	Recuperabilidade dos ágios
21	Pagamentos baseados em ações
23	Provisão para contingências - consolidado
24	Classificação de arrendamento mercantil
25	Provisão de manutenção
29	Mensuração dos instrumentos financeiros

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em ou após 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo CCR incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC, a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio, nas quais o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

- Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

- Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo de realizar operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo CCR controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades, visando à operação conjunta, bem como as despesas nas quais o Grupo CCR tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

- Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2011	2010
Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. (b)	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A (b)	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia Ponte Rio-Niterói S.A. (b)	100,00	100,00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (a) (c)	100,00	100,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda	85,92	85,92
Actua Assessoria S.A. (b)	100,00	100,00
SAMM - Sociedade de Atividade em Multimídia Ltda.	100,00	100,00
CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (b)	100,00	100,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V.	100,00	100,00
CCR - USA, LLC	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

- (a) Detém 40% da Renovias e 45% da Controlar, sob a forma de controle em conjunto, além de deter 100% da SPVias e da Inovap 5.
- (b) Estes percentuais referem-se à participação direta (99,90%) e indireta (0,10%) da CCR por meio de suas controladas.
- (c) Estes percentuais referem-se à participação direta (99%) e indireta (1%) da CCR por meio de suas controladas.

O Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI) foi considerado como uma extensão das atividades da Companhia e está sendo apresentado na proporção de 87% (99% no consolidado), de seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da Companhia (controladora).

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- As participações dos acionistas não controladores da RodoNorte, da Parques e do RodoAnel Oeste, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, foram destacadas e registradas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”;
- A ViaQuatro, a STP, a Renovias e a Controlar, controladas em conjunto, são consolidadas proporcionalmente. Os saldos dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro, Renovias e Controlar, a 100% e de acordo com o percentual de participação da Companhia, direta ou indiretamente, em cada uma delas, estão a seguir demonstrados, sendo que para efeito fins de consolidação o ativo diferido foi baixado para o resultado:

2011								
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	658.871	252.018	66.653	38.659	37.598	15.039	43.915	19.762
Ativo não circulante	116.410	44.527	745.022	432.112	426.468	170.587	81.238	36.557
Realizável a Longo Prazo	4.034	1.543	85.008	49.304	114.545	45.818	(22)	(10)
Imobilizado	90.622	34.663	8.407	4.876	20.218	8.087	73.582	33.112
Intangível	21.754	8.321	621.270	360.336	291.705	116.682	4.183	1.882
Diferido	-	-	30.337	17.596	-	-	3.495	1.573
Total do ativo	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319
Passivo circulante	637.440	243.821	158.490	91.924	101.503	40.601	63.220	28.449
Passivo não circulante	1.195	457	590.900	342.721	269.043	107.617	13.880	6.246
Patrimônio líquido	136.646	52.267	62.285	36.126	93.520	37.408	48.053	21.624
Total do passivo e patrimônio líquido	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319

2011								
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	371.320	142.030	227.181	131.765	298.585	119.434	178.389	80.275
Custos dos serviços prestados	(110.173)	(42.141)	(185.574)	(107.633)	(170.240)	(68.096)	(68.724)	(30.926)
Lucro bruto	261.147	99.889	41.607	24.132	128.345	51.338	109.665	49.349
Despesas (Receitas) operacionais	(115.137)	(44.040)	(48.121)	(27.910)	(1.708)	(683)	(66.622)	(29.980)
Resultado operacional	146.010	55.849	(6.514)	(3.778)	126.637	50.655	43.043	19.369
Resultado financeiro	23.569	9.015	(95.191)	(55.211)	(22.698)	(9.079)	(7.216)	(3.247)
Resultado antes do IR e CS	169.579	64.864	(101.705)	(58.989)	103.939	41.576	35.827	16.122
IR e CS corrente e diferido	(54.209)	(20.735)	34.209	19.841	(4.835)	(1.934)	(9.151)	(4.118)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	115.370	44.129	(67.496)	(39.148)	99.104	39.642	26.676	12.004

2010								
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	537.221	205.487	110.533	64.109	28.389	11.355	33.733	15.180
Ativo não circulante	96.000	36.720	602.214	349.284	376.783	150.713	90.224	40.601
Realizável a Longo Prazo	3.642	1.393	55.412	32.139	68.065	27.226	169	76
Imobilizado	92.358	35.327	15.022	8.713	15.283	6.113	86.055	38.725
Intangível	-	-	492.775	285.809	293.435	117.374	-	-
Diferido	-	-	39.005	22.623	-	-	4.000	1.800
Total do ativo	633.221	242.207	712.747	413.393	405.172	162.068	123.957	55.781
Passivo circulante	510.952	195.439	134.688	78.118	44.575	17.830	64.328	28.948
Passivo não circulante	1.244	476	464.778	269.570	256.182	102.472	38.251	17.213
Patrimônio líquido	121.025	46.292	113.281	65.705	104.415	41.766	21.378	9.620
Total do passivo e patrimônio líquido	633.221	242.207	712.747	413.393	405.172	162.068	123.957	55.781

2010								
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	280.876	107.435	273.253	158.487	246.000	98.400	154.998	69.749
Custos dos serviços prestados	(87.469)	(33.457)	(270.655)	(156.980)	(115.643)	(46.257)	(55.847)	(25.131)
Lucro bruto	193.407	73.978	2.598	1.507	130.357	52.143	99.151	44.618
Despesas (Receitas) operacionais	(86.850)	(33.220)	(41.719)	(24.197)	(1.430)	(572)	(62.956)	(28.330)
Resultado operacional	106.557	40.758	(39.121)	(22.690)	128.927	51.571	36.195	16.288
Resultado financeiro	11.595	4.435	841	488	(22.653)	(9.061)	(9.760)	(4.392)
Resultado antes do IR e CS	118.152	45.193	(38.280)	(22.202)	106.274	42.510	26.435	11.896
IR e CS corrente e diferido	(38.818)	(14.849)	13.222	7.668	(36.650)	(14.660)	(10.951)	(4.928)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	79.334	30.344	(25.058)	(14.534)	69.624	27.850	15.484	6.968

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

- Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio/metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, ponte e metrô;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento

inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- **Capital social – ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 15 e 24b.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito da concessão - Ágio

O direito da concessão - ágio gerado na aquisição total ou parcial das ações das concessionárias ViaOeste, RodoNorte, Renovias, Controlar e SPVias reflete o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperada ao longo do prazo da concessão, exceto para a Controlar, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado anualmente.

- Ágio – STP e Incorporação da Siga Livre pela CGMP, controlada da STP

Os ágios gerados na aquisição das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

- Ágio – Inovap 5

O ágio foi gerado na aquisição da empresa e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item t.

j) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

o) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos como despesas estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Plano de previdência privada (contribuição definida)	1.154	1.078	4.219	4.545

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

p) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

t) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

u) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item “a” desta nota explicativa.

w) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

x) Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- *Amendments to IAS 01 Presentation of financial statements;*
- *Amendments to IAS 12;*
- *Amendments to IAS 19 Employee Benefits;*
- *Amendments to IAS 27 (2011);*
- *Amendments to IAS 28 (2011);*
- *Amendments to IAS 32 and IFRS 7 (2011)*
- *IFRS 9 Financial Instruments (replacement of IAS 39);*
- *IFRS 10 Consolidated Financial Statements;*
- *IFRS 11 Joint Arrangements;*
- *IFRS 12 Disclosure of Interests in Other / Entities;*
- *IFRS 13 Fair Value Measurement;*
- *IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine;*

A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras. No entanto, é esperado que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas investidas, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto na consolidação das investidas atualmente consolidadas proporcionalmente. A Companhia não espera adotar esses pronunciamentos antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e de taxa de juros e opções de compra de *Libor*, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de *Libor* com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de *Black* para precificação de opções de taxas de juros.

- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (Incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se a fórmula *Black-Scholes-Merton*. Os *inputs* de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor (UVV) na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, uma taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

5. Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em três segmentos operacionais principais, sendo eles, o de concessões rodoviárias, de concessão metroviária e de serviços/*holdings*.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: A AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste e a Renovias;
- Concessão metroviária: A ViaQuatro;
- Serviços / *holdings*: A Companhia, as sub-*holdings* CPC e CPCSP e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos, a saber:
 - a) Actua Assessoria, a Parques e a Inovap 5 - prestadoras de serviços internos para o Grupo CCR;
 - b) SAMM – exploração de serviços de telecomunicações por meio de concessões, permissões ou autorizações;
 - c) CCR Estados Unidos e a CCR México - escritórios para prospecção de negócios; e
 - d) A Controlar (inspeção ambiental veicular) e a STP (serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento).

A Companhia, atualmente, possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	Concessões rodoviárias	Concessão metroviária	Serviços/ Holdings	Totais	Eliminações (*)	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2011						
Receitas brutas	5.193.675	137.367	259.745	5.590.787	-	5.590.787
Receitas brutas entre segmentos	-	-	268.881	268.881	(260.381)	8.500
Receitas financeiras	155.995	64.230	259.331	479.556	(129.021)	350.535
Despesas financeiras	(1.064.693)	(119.441)	(218.160)	(1.402.294)	129.021	(1.273.273)
Depreciação e amortização	(385.057)	(9.353)	(55.131)	(449.541)	11.409	(438.132)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	894.925	(39.148)	915.012	1.770.789	(860.020)	910.769
Imposto de renda e contribuição social	(449.970)	19.841	(13.383)	(443.512)	-	(443.512)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	844.816	844.816	(844.816)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.133.563	470.771	4.865.528	16.469.862	(3.618.496)	12.851.366
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	2.413.261	2.413.261	(2.413.261)	-
CAPEX	534.485	71.229	52.895	658.609	-	658.609
Passivos dos segmentos divulgáveis	9.620.098	434.645	987.210	11.041.953	(1.404.802)	9.637.151
Informações relativas a 31 de dezembro de 2010						
Receitas brutas	4.665.630	159.369	210.749	5.035.748	-	5.035.748
Receitas brutas entre segmentos	-	-	226.859	226.859	(218.898)	7.961
Receitas financeiras	237.440	59.988	223.760	521.188	(71.111)	450.077
Despesas financeiras	(891.542)	(59.500)	(198.085)	(1.149.127)	71.112	(1.078.015)
Depreciação e amortização	(289.129)	(3.354)	(48.976)	(341.459)	21.890	(319.569)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	686.641	(14.534)	680.636	1.352.743	(680.090)	672.653
Imposto de renda e contribuição social	(363.141)	7.669	(35.600)	(391.072)	(4.735)	(395.807)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	655.259	655.259	(655.259)	-

(*) A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

6. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR, (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 7, 19 e 20.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

Controladas	Índices de atualização (variação)
AutoBAn	100% do IGP-M (*)
ViaOeste	100% do IGP-M (*)
Renovias	100% do IGP-M (*)
SPVias	100% do IGP-M (*)
RodoAnel Oeste	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

(*) Os índices de reajuste da tarifa foram alterados. Para maiores detalhes veja nota explicativa nº 32.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e à cesta de moedas (UMBNDDES) equivalentes, em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 172.293 (R\$ 1.168.226 em 31 de dezembro de 2010), (nota explicativa nº. 19).

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora					Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	351	137	-	-	-	132.213	474.847	114.057	108.437	281.863
Debêntures e notas promissórias	62.172	57.121	57.121	-	-	1.759.503	1.452.652	990.258	868.069	795.455

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Os retornos sobre capital e o nível de dividendos para acionistas são monitorados e procura-se manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de endividamento, mantendo-se as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	56	652	30.006	33.626
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	363.917	789.708	733.168	1.105.487
CDBs pós-fixados	-	-	153	39.542
Títulos de capitalização	-	-	4	14
	<u>363.973</u>	<u>790.360</u>	<u>763.331</u>	<u>1.178.669</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,30% do CDI, equivalente a 11,51% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

8. Contas a receber de clientes – Consolidado

	Consolidado	
	2011	2010
Circulante		
Pedágio eletrônico – STP (a)	239.526	182.576
Receitas acessórias (b)	10.647	12.868
Pedágio eletrônico – outros (c)	13.004	11.378
Contraprestação pecuniária/SPTrans - São Paulo Transportes S.A. (d)	11.786	4.324
Outros	1.072	1.069
	<u>276.035</u>	<u>212.215</u>
Provisão para devedores duvidosos (e)	<u>(35.170)</u>	<u>(27.480)</u>
	<u>240.865</u>	<u>184.735</u>
Não circulante		
Poder Concedente - ViaOeste (f)	24.292	24.292
Contraprestação pecuniária/SPTrans - São Paulo Transportes S.A. (d)	5.491	2.154
Receitas acessórias (b)	2.118	2.118
	<u>31.901</u>	<u>28.564</u>
Provisão para devedores duvidosos - ViaOeste (f)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
Provisão para devedores duvidosos (e)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>(26.410)</u>	<u>(26.410)</u>
	<u>5.491</u>	<u>2.154</u>

Idade de vencimento dos títulos em aberto

	Consolidado	
	2011	2010
Créditos a vencer	231.121	185.701
Créditos vencidos até 60 dias	12.809	1.135
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2.426	53
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	106	1.847
Créditos vencidos há mais de 180 dias	61.474	52.043
	<u>307.936</u>	<u>240.779</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de *TAG's* e estacionamentos da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale-pedágio;
- (d) Saldo a receber do Poder Concedente pela ViaQuatro, correspondente à contraprestação pecuniária prevista no Termo Aditivo nº 3 e 4 e que será recebida em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês do início da operação comercial de cada sub-trecho da Fase I. Estes valores serão reajustados anualmente pelo IGP-M FGV (50%) e IPC-FIPE (50%);
- (e) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - Constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia; e
- (f) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do RodoAnel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à investida é remoto. O valor está totalmente provisionado.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	10.288	10.168	14.270	11.745
Imposto de renda e contribuição social	3.131	24.716	9.914	69.109
COFINS	7.632	6.655	9.776	8.032
CSLL	112	367	1.088	509
PIS	1.666	1.444	2.840	2.071
ISS de pedágio	-	-	263	476
Outros	335	6	1.819	716
	<u>23.164</u>	<u>43.356</u>	<u>39.970</u>	<u>92.658</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social	<u>139.355</u>	<u>89.867</u>	<u>149.838</u>	<u>89.867</u>
	<u>139.355</u>	<u>89.867</u>	<u>149.838</u>	<u>89.867</u>

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	878.112	669.560	1.354.281	1.073.314
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(298.558)	(227.650)	(460.456)	(364.927)
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	16.972	-	16.972	-
Efeitos tributários da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	5.346	2.510	10.185	10.491
	(276.240)	(225.140)	(433.299)	(354.436)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	287.237	222.788	-	-
Amortização ágio não incorporado sobre investimentos	(289)	(372)	(10.344)	(12.500)
Despesas indedutíveis	(5.332)	(4.334)	(15.513)	(12.891)
Juros e multas indedutíveis - Lei 11.941/09	-	-	(39)	(25.714)
Descontos obtidos - Lei 11.941/09	-	-	-	6.071
Resultado de operações de derivativos indedutíveis	4.109	1.261	488	(5.709)
Reversão de juros e multa - Lei 11.941/09	-	-	-	12.486
Outros ajustes tributários	365	(5)	15.195	(3.113)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.850	(5.802)	(443.512)	(395.806)
Impostos correntes	(12.024)	(5.802)	(586.488)	(529.114)
Impostos diferidos	21.874	-	142.976	133.308
	9.850	(5.802)	(443.512)	(395.806)
Alíquota efetiva de impostos	1,12%	0,87%	32,75%	36,88%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo Não Circulante				
IR/CS sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	18.351	-	330.819	133.308
Custo da transação na emissão de títulos	34	-	2.054	1.571
Despesas gerais e administrativas - pré operacional	-	-	7.515	9.202
Variação cambial	-	-	4.026	1.028
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.522	16.083
Perdas com operação de swap	-	-	506	24.832
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.581	-	6.230	4.421
Provisão para comissões sobre empréstimos	-	-	1.650	3.558
Provisão para devedores duvidosos	-	-	11.164	9.981
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	-	-	1.225	971
Provisão para contingências	-	-	6.035	5.370
Parcelamento de impostos não homologados	-	-	-	2.952
Provisão para perda de investimentos	-	-	491	480
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	-	-	112.940	100.375
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	-	-	218.608	170.146
Constituição da provisão de manutenção (d)	-	-	144.923	185.900
Outros	6.896	-	24.506	1.434
	<u>27.862</u>	<u>-</u>	<u>878.214</u>	<u>671.612</u>
Passivo Não Circulante				
Variação cambial	-	-	5.305	20.482
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	1.488	-	2.463	168
Ganhos com operações swap	4.351	-	9.441	267
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e) (*)	-	-	547.923	511.333
Custo de empréstimos capitalizados (f) (*)	-	-	126.805	107.057
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	-	-	20.258	12.005
Critério de contabilização de direito de outorga Renovias	-	-	16.964	17.247
Ajuste valor presente sobre outorga variável - RTT	-	-	1.613	-
Outros	149	-	1.826	413
	<u>5.988</u>	<u>-</u>	<u>732.598</u>	<u>668.972</u>

(*) Houve reclassificação em 2010 de R\$ 102.600 da rubrica “Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil)” para a rubrica “Custo de empréstimos capitalizados”.

- (a) A CCR, a ViaLagos, o RodoAnel Oeste e a ViaQuatro estimam recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

2012	21.199
2013	22.295
2014	25.229
2015	20.464
de 2016 em diante	241.632
	<hr/>
	<u>330.819</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (g) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão – ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

A investida CPC, não registrou o ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa acumulada, que montam em R\$ 49.991, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ / CSLL) seria de R\$ 16.997.

11. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

Circulante	Início da concessão	
	2011	2010
Via Lagos	1.177	1.177
AutoBAn	4.727	4.727
ViaOeste	3.297	3.297
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Renovias	94	-
	<u>82.873</u>	<u>82.779</u>

Não circulante	Início da concessão		Extensão do prazo da concessão		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Via Lagos	9.614	10.791	-	-	9.614	10.791
AutoBAn	66.178	70.904	458.928	353.728	525.106	424.632
ViaOeste	32.970	36.267	65.765	50.616	98.735	86.883
RodoAnel Oeste	1.870.107	1.943.685	-	-	1.870.107	1.943.685
Renovias	902	-	11.253	8.676	12.155	8.676
	<u>1.979.771</u>	<u>2.061.647</u>	<u>535.946</u>	<u>413.020</u>	<u>2.515.717</u>	<u>2.474.667</u>

12. Despesas antecipadas e outros

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	180	839	12.260	14.942
Seguros	9	6	17.158	11.886
Adiantamentos de pessoal	882	1.211	2.213	3.670
Benefícios antecipados	300	691	4.440	4.989
Depósitos judiciais (*)	-	-	960	165
Encargos financeiros a apropriar	485	485	2.156	1.446
Material em estoque	-	-	1.675	1.445
Outros	501	994	2.323	1.304
	<u>2.357</u>	<u>4.226</u>	<u>43.185</u>	<u>39.847</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais (*)	153	153	16.131	16.631
Outros	-	-	1.531	90
	<u>153</u>	<u>153</u>	<u>17.662</u>	<u>16.721</u>

(*) A Companhia registra os depósitos judiciais como ativos financeiros até o momento da solução das questões às quais estão associados, quando serão resgatados ou liquidados dos passivos.

13. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados abaixo. As operações realizadas e as taxas de remuneração dos mútuos são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

a. Controladora

	Transações		Saldos				
	Serviços Prestados	Receitas	Ativo		Passivo		
			Contas a receber	Mútuos	Aumento de capital	Contas a pagar	Fornecedores
Controladas							
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	5.783	475	-	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (a)	-	12.609	1.030	-	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (a) e (b)	-	161	13	905.458	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A. (a)	-	5.409	434	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (a)	-	26.794	2.154	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (a)	-	2.937	236	-	-	-	-
Conces.do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (a)	-	23.621	1.930	-	-	74	-
Conces.da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (c)	-	6.005	473	62.374	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (a)	175	770	62	-	-	14	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias) (a) (e) (j)	-	2.108	6.385	67.528	-	568	-
Inovap 5 Adm. e Partic. Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	3.590
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídias Ltda. (a)	-	165	155	-	-	-	-
Controladoras							
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (d)	-	-	-	-	720	-	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (d)	-	-	-	-	720	-	-
Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (a)	-	41	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas							
Companhia Operadora de Rodovias (a)	-	1.263	102	-	-	-	-
Consórcio Operador de Rodovias Integradas (CORI) (h)	-	81.749	-	-	-	-	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	-	1.764	142	-	-	-	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (f)	-	-	-	2.238	-	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	2.238	-	-	-
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (d)	-	-	-	-	476	-	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	-	13	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2011			13.591	62.374	-	669	3.590
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011			-	977.462	1.916	-	-
Total, 31 de dezembro de 2011	175	171.179	13.591	1.039.836	1.916	669	3.590
Total, 31 de dezembro de 2010	25.506	86.864	9.807	921.832	1.916	6.157	945

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chaves:

	2011	2010
Remuneração dos administradores (g)	9.946	7.970
Plano de incentivo	17.403	17.986

- (a) Prestação de serviços administrativos;
- (b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 114% a.a. do CDI. O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2024;
- (c) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 115% a.a. do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 30 de setembro de 2012;
- (d) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (e) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 115% a.a. do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 17 de outubro de 2016;
- (f) Contratos de mútuo remunerados pelo IPC + 1% a.m., com vencimentos em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;
- (h) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação para a investida SPVias;
- (i) Refere-se ao percentual de participação da folha de pagamento do Consórcio Operador de Rodovias Integradas – CORI; e
- (j) Refere-se ao percentual de participação do repasse de despesas de serviços de operação, manutenção e conservação da investida SPVias para o Consórcio Operador de Rodovias Integradas – CORI.

b. Consolidado

	Transações			Saldos					
	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas	Ativo		Passivo			Contas a pagar
				Contas a receber	Mútuos	Aumento de capital	Mútuos	Fornecedores	
Controladoras									
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (b)	-	-	-	-	-	720	-	-	-
VBC Energia S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.141	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (b)	-	-	-	-	-	720	-	-	-
Controladas									
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	-	-	167	-	-	-	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelogtec)	-	-	535	-	-	-	-	-	-
CCR S.A. (Divisão Actua)	-	-	5.589	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto									
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (c)	-	-	-	162.695	-	-	-	-	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	239	26.197	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d) (i)	240.408	-	-	155	-	-	-	23.520	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (a)	-	41.675	-	-	-	-	-	7.117	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (b)	-	-	-	-	-	476	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	104	-	-	-	-	-
Consórcio Operador de Rodovias Integradas (CORI) (e)	940	-	-	6	-	-	-	72	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (f)	-	-	-	-	2.238	-	-	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	-	2.238	-	-	-	-
Encalso Construções S.A. (g)	-	-	-	-	-	-	45.437	-	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	96
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	4.735	-
Mitsui & Co Ltd. (h)	-	-	-	-	-	-	6.029	-	-
Montgomery Participações S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	18.088	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2011									
				163.199	26.197	-	24.117	37.894	96
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011									
				-	4.476	1.916	45.437	-	-
Total, 31 de dezembro de 2011									
	241.348	41.675	6.291	163.199	30.673	1.916	69.554	37.894	96
Total, 31 de dezembro de 2010									
	357.795	14.838	3.988	126.909	12.987	1.916	45.823	40.474	97

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chave:

	2011	2010
Remuneração dos administradores (j)	28.051	14.064
Plano de incentivo	17.403	17.986

- (a) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as investidas no período subsequente;
- (d) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida NovaDutra;
- (e) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida SPVias;
- (f) Contratos de mútuo com as empresas, remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimentos em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (g) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 114% a.a. do CDI para a investida RodoAnel Oeste com a empresa Encalco. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2024;
- (h) Contratos de mútuo da investida ViaQuatro com as empresas Montgomery e Mitsui, remunerados à variação acumulada de 115% a.a. do CDI, com vencimento previsto em 30 de setembro de 2012;
- (i) Embora tenha sido faturado no exercício de 2011, R\$ 297.607, somente permaneceu no resultado R\$ 240.408, sendo o restante, no valor de R\$ 57.199, registrado como realização da provisão de manutenção no passivo; e
- (j) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes às despesas (controladora e consolidado) com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1. Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	9.044	7.778	22.662	17.129
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	21.649	7.376	45.619	19.655
Previdência privada	597	491	1.469	1.187
Seguro de vida	20	19	71	57
2. Plano de incentivo de longo prazo	5.665	8.639	5.665	8.639
	36.975	24.303	75.486	46.667

14. Investimentos

a. Composição dos investimentos (Controladora)

	Participação da controladora no capital das investidas	Patrimônio líquido das investidas		Investimentos da controladora		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial (d)	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
NovaDutra (c)	100%	419.188	351.665	419.188	351.665	191.138	131.218	191.138	130.541
AutoBAn (c)	100%	450.001	867.373	450.001	867.373	496.377	410.336	496.377	409.450
ViaLagos (c)	100%	21.344	20.382	21.344	20.382	21.008	22.004	21.008	22.004
Ponte (c)	100%	42.487	31.758	42.487	31.758	34.812	22.585	34.812	22.565
RodoNorte (a)	85,92%	162.779	248.974	139.860	213.919	156.950	106.937	134.852	91.729
ViaOeste	100%	406.942	408.001	406.942	408.001	193.941	147.062	193.941	146.980
RodoAnel Oeste (a) (b)	95%	(281.468)	(67.243)	(267.394)	(63.881)	(214.225)	(183.722)	(203.514)	(174.562)
ViaQuatro (a)	58%	62.286	113.284	36.126	65.705	(67.497)	(25.059)	(39.148)	(14.534)
Parques (b)	85,92%	22	(54)	19	(46)	76	(611)	65	(451)
CCR México (c)	100%	1.901	929	1.901	929	(2.487)	(2.381)	(2.487)	(2.381)
CCR USA	100%	(5)	60	(5)	60	(63)	(190)	(63)	(190)
STP (a)	38,25%	136.646	121.025	52.267	46.292	115.370	30.344	44.129	30.344
CPC (a)	99%	517.084	539.637	511.912	534.241	(22.545)	10.501	(22.320)	(23.707)
SAMM (a)	99,90%	12.156	2.140	12.144	2.138	(1.112)	(4.057)	(1.111)	(4.057)
CPCSP (a)	99,90%	(350)	2.898	(350)	2.898	(3.251)	(1.398)	(3.247)	(1.398)
Actua Assessoria	100%	5.594	13.462	5.595	13.462	384	6.339	384	7.193
Actua Serviços (a)	99,90%	-	-	-	-	-	7.476	-	7.665
Engelog (a)	99,90%	-	-	-	-	-	8.471	-	8.068
Total de investimentos líquido da provisão para passivo a descoberto		<u>1.956.607</u>	<u>2.654.291</u>	<u>1.832.037</u>	<u>2.494.896</u>	<u>898.876</u>	<u>685.855</u>	<u>844.816</u>	<u>655.259</u>

- (a) Os valores do patrimônio líquido e do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 dessas controladas em conjunto estão considerados a 100%.
- (b) A controladora reclassificou os saldos de investimentos de 2011 e 2010 de sua investida RodoAnel Oeste e o saldo de 2010 de sua investida Parques, para o passivo, à conta de provisão para passivo a descoberto.
- (c) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.
- (d) As diferenças na equivalência patrimonial de 31 de dezembro de 2010, quando se aplica o percentual de participação da controladora sobre o resultado das investidas, é decorrente de ajustes de lucros não realizados.

b. Demonstrações financeiras resumidas das investidas

	2011				2010			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
NovaDutra	1.553.963	1.134.775	1.267.792	191.138	1.351.127	999.462	1.113.940	131.218
AutoBA	2.746.829	2.296.828	1.604.580	496.377	2.717.005	1.849.631	1.723.791	410.336
ViaLagos	136.009	114.665	80.585	21.008	121.107	100.725	70.435	4.692
Ponte	88.094	45.607	145.836	34.812	89.810	58.053	135.818	22.585
RodoNorte	669.692	506.913	477.297	156.950	696.148	447.175	447.963	106.937
ViaOeste	1.431.158	1.024.216	840.043	193.941	1.398.595	990.594	766.383	147.062
RodoAnel Oeste	2.544.276	2.825.744	222.125	(214.225)	2.464.482	2.531.724	216.368	(183.722)
ViaQuatro (a)	470.771	434.645	137.367	(39.148)	413.393	347.690	159.369	(14.534)
Parques	1.622	1.600	-	76	2.729	2.783	536	(525)
CCR México	1.959	58	-	(2.487)	1.022	92	-	(2.381)
CCR USA	27	32	-	(63)	96	36	-	(190)
STP (a)	296.545	244.278	166.302	44.129	242.207	204.711	129.412	30.344
CPC	711.118	194.034	95.825	(22.545)	798.091	215.995	50.530	(35.369)
Renovias (a)	185.626	148.218	130.340	39.642	162.068	120.303	107.813	27.850
Controlar (a)	56.319	34.695	93.441	12.004	55.781	46.160	81.338	6.966
SPVias	1.777.811	1.523.340	425.077	(23.618)	1.768.517	1.517.138	83.119	2.483
Inovap5	5.309	5.071	1.879	(87)	2.417	2.092	444	237
SAMM	13.962	1.806	-	(1.112)	3.456	1.316	-	(4.057)
CPCSP	1.110	1.460	-	(3.251)	3.197	295	-	(1.398)
Actua Assessoria	5.614	20	-	384	13.809	(19)	21.602	6.339
Actua Serviços	-	-	-	-	-	-	16.338	7.476
Engelog	-	-	-	-	-	-	50.776	8.471
Subtotal	12.697.814	10.538.005	5.688.489	883.925	12.305.057	9.435.956	5.175.975	670.820
Controladora	3.771.574	503.948	171.179	887.962	4.456.459	1.274.072	86.864	663.758
Baixa do ativo diferido para fins de consolidação	(62.259)	-	-	11.410	(73.668)	-	-	8.934
Eliminações	(3.555.763)	(1.404.802)	(260.381)	(883.925)	(3.920.317)	(1.082.887)	(219.129)	(671.790)
Consolidado	12.851.366	9.637.151	5.599.287	899.372	12.767.531	9.627.141	5.043.710	671.722

a) Empresas consolidadas proporcionalmente. A Renovias e a Controlar são consolidadas na CPC.

c. Outras informações relevantes

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002) e da decisão homologatória das respectivas transações (item “i”), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. O reajuste de 2011 foi autorizado sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada, com recursos da parte contrária pendentes de julgamento. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Em relação ao reajuste de 2003, a Controlada apelou quanto ao ônus da sucumbência.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a Caducidade do Contrato de Concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

(i) Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo (ARTESP) e dos acionistas da Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias (antiga razão social de CCR S.A.) e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido.

O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalço interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados.

Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Informamos que há Ações Populares visando anulação dos procedimentos relacionados à Concorrência Internacional da Parceria Público Privada para concessão patrocinada da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

(i) Processo nº. 05306107038-4 – 11ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face de: (i) Fazenda Estadual de São Paulo; (ii) Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô; (iii) Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM; (iv) Companhia Paulista de Parcerias – CPP; (v) Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU; (vi) representantes dos entes supra, Srs. Luiz Carlos Frayse David; José Kalil Neto e Jurandir Fernandes.

A ação visa à anulação dos atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. O pedido de liminar foi indeferido em 1ª instância. Após recurso, foi deferido parcialmente em 2ª instância somente para determinar republicação do Edital. Feito isso, a liminar parcial perdeu efeito, sendo negado provimento ao recurso. Contra essa decisão, houve recurso dos Autores ao STJ, que negou provimento a estes, e ao STF, que não conheceu do respectivo recurso.

As partes passivas originais apresentaram defesa. Em 30 de outubro de 2007, foi proferida decisão incluindo a Concessionária no pólo passivo e determinando a sua citação. A Concessionária apresentou sua defesa em 28 de janeiro de 2008.

Iniciada a fase de instrução, o Juiz de primeiro grau indeferiu as provas requeridas pelos autores da Ação Popular. O processo está em fase de discussão da decisão que acolheu o pedido do Ministério Público para inclusão dos signatários do Contrato, como representantes das empresas, no pólo passivo da ação. O recurso encontra-se em fase de admissibilidade perante o STJ, tendo sido requerida a suspensão da instrução do processo até a decisão do recurso.

(ii) Processo nº. 0532006117119-0 – 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face de (i) Fazenda Estadual de São Paulo; (ii) Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô; (iii) Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM; (iv) Companhia Paulista de Parcerias – CPP; (v) Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU; (v) representantes dos entes supra, Srs. Luiz Carlos Frayse David; José Kalil Neto e Jurandir Fernandes.

A ação tem como pedido a anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da

Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Foi requerida a concessão liminar para suspender o procedimento de licitação, o que foi indeferido.

As partes passivas originais apresentaram defesa. Em 07 de novembro de 2008 foi proferida decisão incluindo a Concessionária no pólo passivo e determinando a sua citação, a pedido dos Autores. A Concessionária apresentou sua defesa em 22 de abril de 2009. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue, portanto, o da Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

A Administração da Controlada considera remota a chance de perda das duas ações acima (itens i e ii) e tem expectativa de um desfecho favorável considerando (i) que os argumentos de fundo são frágeis no entendimento do escritório de advocacia responsável; (ii) que não foram apresentados com as iniciais – momento processual oportuno – quaisquer elementos de prova que sustentem as ações; (iii) que o Poder Judiciário sequer suspendeu a Licitação Internacional. Pelo contrário, admitiu sua conclusão e assinatura regular do Contrato de Concessão.

Controlar S.A

- (i) Ação Civil Pública nº 1249/1997 ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réas para a utilização do Centro Integrado de Taxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Em 19 de dezembro de 2011, os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão da apelação foram rejeitados.

Publicado o acórdão dos Embargos de Declaração em 23 de janeiro de 2012. Em 02 de fevereiro de 2012 foram opostos novos Embargos de Declaração por outras partes, os quais ainda aguardam processamento para posterior julgamento.

- (ii) Mandado de Segurança nº 9024608-94.2009.8.26.0000 (994.09.001320-4) impetrado em 13 de março de 2009 por Pedágio Inspeção de Segurança Veicular Ltda. ME e Famam Inspeção de Segurança Veicular Ltda., perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, visando a declaração de nulidade parcial dos Decretos Municipais que autorizaram a licitação e concessão do programa de inspeção veicular para uma única empresa. A segurança foi denegada por unanimidade em 29 de junho de 2010. No momento, aguarda-se a remessa ao STJ do Recurso Ordinário interposto pelos Autores do Mandado de Segurança.
- (iii) Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra Gilberto Kassab e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos réus como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º. Grau concedeu em parte a tutela requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e

imóveis de todos os réus. Contra essa decisão, o Município de São Paulo formulou Pedido de Suspensão de Liminar perante o Superior Tribunal de Justiça e interpôs Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em 11 de janeiro de 2012, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça acolheu integralmente o pedido de suspensão de liminar. Em 22 de janeiro de 2012, foi concedido, por decisão monocrática, efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento da Municipalidade, relativo à decisão por realizar nova licitação. Posteriormente, o Ministério Público de São Paulo interpôs dois Agravos de Instrumento contra a decisão de 1º grau, pleiteando o afastamento do Sr. Prefeito, e a manutenção da indisponibilidade dos bens dos réus. Ambos foram indeferidos, respectivamente, em 1º de fevereiro de 2012 e 07 de fevereiro de 2012.

A decisão liminar concedida pelo Juiz de primeiro grau encontra-se integralmente suspensa por determinação do Superior Tribunal de Justiça.

- (iv) Ação pelo Procedimento Ordinário nº 0001123-54.2012.8.26.0053 ajuizada pela Controlar em face da Municipalidade de São Paulo em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando a declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral da tarifa dos serviços de inspeção veicular no município de São Paulo, com vigência imediata para 1º/01/2012. Em sede de liminar, a Controlar postulou a antecipação de tutela parcial para suspender os efeitos da referida decisão de redução de tarifa. No mérito, a Controlar requereu o retorno ao *status quo* imediatamente anterior às nulidades constatadas nos autos do processo administrativo onde foi proferida a decisão de redução de tarifa, sanando-as de modo que: i) seja dada a ampla oportunidade de exercício do contraditório à Autora, a fim de que possa acompanhar a realização dos estudos técnicos da FIPE, indicando assistente técnico e formulando quesitos; ii) seja determinado à Municipalidade que se abstenha de direcionar os trabalhos da FIPE, que deverão respeitar as condições originais da proposta vencedora da licitação; iii) e, posteriormente, seja o resultado final do reequilíbrio encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para devido exame, conforme determina o Decreto Municipal nº 49.286/2008. A tutela antecipada foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau e aguarda-se a abertura de prazo para recurso contra essa decisão.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A

- i) Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Réus apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia entre outros argumentos, a prescrição do direito de ação amparada nos termos do inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAN opôs embargos de declaração contra a decisão que não acolheu a defesa prévia, os quais ainda estão pendentes de decisão.

Em 03 de fevereiro de 2012, a AutoBAN foi citada para apresentar a contestação, na pendência de decisão dos embargos de declaração opostos pela Concessionária. A AutoBAN requereu, em 09 de fevereiro de 2012, a anulação da citação até o julgamento dos embargos de declaração, o que foi deferido em decisão proferida em 24 de fevereiro de 2012.

Renovias Concessionária S/A

- i) Segundo noticiado pela imprensa, o Estado de São Paulo teria ingressado no final do ano de 2011 com uma ação judicial contra a Renovias para anular o Contrato de Concessão nº CR/004/98. Como a Renovias ainda não foi citada para responder à referida ação, os fundamentos e os pedidos formulados pelo Estado são desconhecidos. Em processo administrativo instaurado pela ARTESP para averiguar o equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão nº CR/004/98, foi

arguida a nulidade do referido instrumento por supostas falhas no processo de licitação decorrentes de resposta à indagação formulada pelos licitantes. Aguarda-se, no momento, a citação da Renovias para contestar a referida ação.

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

15. Ativo Imobilizado

		Controladora					
		2011			2010		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.871	(1.066)	1.805	1.766	(896)	870
Máquinas e equipamentos	25	5.580	(2.717)	2.863	4.410	(1.584)	2.826
Veículos	20	966	(165)	801	825	(48)	777
Instalações e edificações	6	1.654	(556)	1.098	550	(549)	1
Sistemas operacionais	14	57	(14)	43	30	(6)	24
Imobilizações em andamento	-	11.330	-	11.330	7.205	-	7.205
		<u>22.458</u>	<u>(4.518)</u>	<u>17.940</u>	<u>14.786</u>	<u>(3.083)</u>	<u>11.703</u>

		Consolidado					
		2011			2010		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	26.514	(11.709)	14.805	21.647	(10.216)	11.431
Máquinas e equipamentos	15	215.989	(109.916)	106.073	168.917	(89.325)	79.592
Veículos	20	82.239	(48.956)	33.283	77.378	(43.894)	33.484
Instalações e edificações	6	47.070	(15.457)	31.613	43.053	(10.719)	32.334
Sistemas operacionais	12	294.031	(190.217)	103.814	296.349	(201.610)	94.739
Imobilizações em andamento	-	138.728	-	138.728	138.785	-	138.785
Adto. de fornecedor para imobilizado	-	2.757	-	2.757	2.757	-	2.757
		<u>807.328</u>	<u>(376.255)</u>	<u>431.073</u>	<u>748.886</u>	<u>(355.764)</u>	<u>393.122</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 108.984 (R\$ 129.682 em 31 de dezembro de 2010).

Movimentação do custo – Consolidado

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	21.647	1.967	(866)	3.766	26.514
Máquinas e equipamentos	168.917	21.051	(7.499)	33.520	215.989
Veículos	77.378	501	(5.447)	9.807	82.239
Instalações e edificações	43.053	2.460	(10)	1.567	47.070
Sistemas operacionais	296.349	1.228	(47.149)	43.603	294.031
Imobilizações em andamento	138.785	105.539	(551)	(105.045)	138.728
Adto. de fornecedor para imobilizado	2.757	-	-	-	2.757
	<u>748.886</u>	<u>132.746</u>	<u>(61.522)</u>	<u>(12.782)</u>	<u>807.328</u>

(a) O saldo líquido refere-se a reclassificações para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação, mais especificamente, implantação de praça de pedágio bidirecional; aquisição de equipamentos para implantação do sistema de controle de arrecadação (SCA); e instalação de geradores.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 13.773 no exercício de 2011 (R\$ 13.928 no exercício de 2010).

Movimentação da depreciação – Consolidado

	Consolidado				
	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	(10.216)	(2.023)	649	(119)	(11.709)
Máquinas e equipamentos	(89.325)	(25.705)	5.110	4	(109.916)
Veículos	(43.894)	(9.597)	4.615	(80)	(48.956)
Instalações e edificações	(10.719)	(3.454)	239	(1.523)	(15.457)
Sistemas operacionais	(201.610)	(24.429)	34.073	1.749	(190.217)
	<u>(355.764)</u>	<u>(65.208)</u>	<u>44.686</u>	<u>31</u>	<u>(376.255)</u>

(a) Reclassificações para o ativo intangível.

16. Ativos Intangíveis

		Controladora					
		2011			2010		
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.173	(3.048)	6.125	4.518	(1.271)	3.247
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	3.380	(1.093)	2.287	2.946	(287)	2.659
Direito da concessão - Ágio (a)	(*)	41.788	(26.510)	15.278	41.788	(25.661)	16.127
		<u>54.341</u>	<u>(30.651)</u>	<u>23.690</u>	<u>49.252</u>	<u>(27.219)</u>	<u>22.033</u>

		Consolidado					
		2011			2010		
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	7.462.664	(1.670.564)	5.792.100	7.046.781	(1.392.331)	5.654.450
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	53.015	(28.553)	24.462	39.229	(22.497)	16.732
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	31.785	(11.324)	20.461	19.892	(6.788)	13.104
Direito da concessão - Ágio (a)	(*)	1.826.514	(209.201)	1.617.313	1.826.514	(130.028)	1.696.486
		<u>9.373.978</u>	<u>(1.919.642)</u>	<u>7.454.336</u>	<u>8.932.416</u>	<u>(1.551.644)</u>	<u>7.380.772</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo – Consolidado

	2010	2011				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Outros (c)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura (d)	7.046.781	600.583	(4.171)	1.277	(181.806)	7.462.664
Direitos de uso de sistemas informatizados	39.229	7.350	(67)	6.503	-	53.015
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	19.892	6.891	-	5.002	-	31.785
Direito da concessão - Ágio	1.826.514	-	-	-	-	1.826.514
	<u>8.932.416</u>	<u>614.824</u>	<u>(4.238)</u>	<u>12.782</u>	<u>(181.806)</u>	<u>9.373.978</u>

Movimentação da amortização – Consolidado

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(1.392.331)	(279.846)	1.644	(31)	(1.670.564)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(22.497)	(6.121)	65	-	(28.553)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(6.788)	(4.536)	-	-	(11.324)
Direito da concessão - Ágio	(130.028)	(79.173)	-	-	(209.201)
	<u>(1.551.644)</u>	<u>(369.676)</u>	<u>1.709</u>	<u>(31)</u>	<u>(1.919.642)</u>

Em 31 de dezembro de 2011, foi realizado teste de redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo CCR com ágio, baseado em seu valor em uso, mediante o desconto do fluxo de caixa de dividendos futuros gerados a partir do uso continuado da unidade ou até o fim dos contratos de concessão. Os valores em uso foram superiores aos valores contábeis e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido. A identificação dos ágios (direito de concessão) em relação às respectivas unidades geradoras de caixa (UCG) está demonstrada abaixo:

(a) Direito da Concessão – Ágio

- i. Ágio ViaOeste - R\$ 188.516: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 100% do capital social da ViaOeste, amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- ii. Ágio CPC – Renovias - R\$ 172.442: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% do capital social da Renovias Concessionária S.A., amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- iii. Ágio CPC – Controlar - R\$ 100.262: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% do capital social, correspondente a 50% das ações ordinárias da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- iv. Ágio SPVias - R\$ 1.137.734: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 100% do capital social da SPVias, amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

- v. Ágio CCR RodoNorte - R\$ 10.922: Refere-se ao aumento de participação na Concessionária, sendo que o mesmo está sendo amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- vi. Ágio STP - R\$ 4.356: Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- vii. Ágio Inovap - R\$ 3.081: Refere-se ao ágio gerado na aquisição da empresa, o qual está fundamentado em expectativa futura de rentabilidade futura.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(c) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizados pela investida AutoBAn, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 24, no valor de R\$ 157.988 e pela investida ViaOeste, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 21, no valor de R\$ 23.818;

(d) Ativos intangíveis em construção

As principais obras de melhorias, em fase de construção e ainda não disponibilizadas aos usuários, no montante de R\$ 169.294 em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

AutoBAn:

- SP330/SP348 - Obras civis para melhoria do sistema de arrecadação;
- Expansão na sede da empresa;
- SP330 - Implantação de faixas adicionais; e
- SP330 - Projeto executivo para implantação de marginais.

ViaOeste:

- SP280 - Implantação de faixa adicional do km 28 ao km 30;
- SP280 - Implantação de retorno no km 64;
- SP280 - Melhorias no retorno do km 76;
- SP280 - Remodelação do Posto geral de fiscalização do km 74;
- SP270 - Implantação de marginais do km 92 ao km 106 (pistas leste e oeste);
- SP270 - Implantação de dispositivo de interseção no km 77;
- SP280 - Implantação de passarela no km 29; e
- SP270 - Implantação de 3ª faixa e melhorias no acostamento do km 64 ao km 69.

NovaDutra:

- Implantação de marginal do km 170 ao km 176 - pista norte (RJ);
- Implantação de marginal em Guarulhos, do km 216 ao km 222 - pista sul (SP);
- Implantação de marginal do km 173 ao km 176 - pista sul (RJ);
- Adequação de trevo do km 158 - pista norte (SP); e
- Implantação de passarelas no km 301 (RJ) e no km 206 (SP).

RodoNorte:

- BR277 - Obra de duplicação de pista do km 113 ao km 121.

RodoAnel Oeste:

- Implantação de pátio/estacionamento de veículos de carga de transporte de produtos perigosos na pista interna SP021;
- Implantação de barreiras acústicas nos km 11, 13, 20, 21 e 23;
- Implantação de dispositivos contra incêndios nos túneis;
- Implantação de base para Polícia Militar Rodoviária km 5 - pista externa; e
- Projeto executivo de implantação de 5ª faixa do km 14 ao km 24 nas duas pistas.

SPVias:

- SP270 - Duplicação do km 115 ao 158; e
- SP258 - Duplicação do km 262 ao 264 - Contorno de Taquarivaí;

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 33.513 no exercício de 2011 (R\$ 60.338 no exercício de 2010). A taxa média de capitalização foi de 11,55% a.a. durante o exercício de 2011 (12,17% a.a. durante o exercício de 2010).

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	4.292	2.197	269.248	227.511
Fornecedores e Prestadores de Serv.Estrangeiros (a)	-	15	16.459	44.537
Cauções e Retenções Contratuais (b)	168	-	49.357	46.837
	<u>4.460</u>	<u>2.212</u>	<u>335.064</u>	<u>318.885</u>

- (a) Os saldos da controladora referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos e para o consolidado referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte do Grupo CCR. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

18. Outras contas a pagar – Consolidado

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante		
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	43.372	38.563
Receitas acessórias a apropriar	19.395	16.154
Comissões a pagar	4.854	10.466
Verbas contratuais	8.053	6.554
Indenizações a pagar	3.610	3.608
Provisão de custos com AVI	3.649	2.904
Adiantamento de clientes	1.831	1.192
Seguros a pagar	1.917	165
Outros	<u>5.431</u>	<u>2.639</u>
	<u>92.112</u>	<u>82.245</u>
Não circulante		
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	129.676	155.711
Receitas acessórias a apropriar	21.647	2.585
Outros	<u>1.310</u>	<u>900</u>
	<u>152.633</u>	<u>159.196</u>

- (a) Refere-se a contas a pagar aos ex-controladores da SPVias e Inovap 5, o qual é atualizado pelo CDI. O pagamento foi dividido em cinco prestações anuais, sendo que a primeira foi liquidada em novembro de 2011.

19. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

			Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2011	Vencimento final	2011	2010
Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais						(Reclassificado)
Em moeda nacional								
CCR	Itaú BBA S.A. (Leasing)	13,10% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	220	351 (k)
CCR	Banco Alfa S.A. (Leasing)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	268	389 (k)
Subtotal Controladora							488	740
1.a AutoBAn	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	267	Fevereiro de 2017	213.351	249.268 (e)
1.a AutoBAn	BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	20.143	- (e)
1.b AutoBAn	BNDES - FINEM I	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	14.940 (d)
1.b AutoBAn	BNDES - FINEM II - Repasse	TJLP + 5% a.a	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	17.928 (d)
2.a Renovias	BNDES - FINEM I	TJLP + 4,72% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2011	-	7.183 (e)
2.b Renovias	BNDES - FINEM II	TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a.	0,0234% a 0,0239% (a)	7	7	Novembro de 2016	13.411	- (e)
2.b Renovias	BNDES - FINEM III	TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a.	0,0652% a 0,0667% (a)	21	21	Abril de 2016	12.606	- (e)
3.a SPVias	BNDES - FINEM I e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	13.584	23.532 (f)
3.a SPVias	BNDES - FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	15.257	25.460 (f)
3.b SPVias	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2018	44.894	51.711 (f)
3.c SPVias	Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	37.257	46.024 (j)
3.d SPVias	Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	783	290	Fevereiro de 2013	57.923	51.287 (j)
3.d SPVias	Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	572	Fevereiro de 2013	109.574	96.964 (j)
4.a Ponte	Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	-	Julho de 2012	11.675	23.233 (m)
4.b Ponte	Itaú BBA S.A.	102,5% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2012	11.134	11.115 (m)
7. Controlar	Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	16.861	29.245 (h)
10.a SPVias	Banco Votorantim S.A.	TJLP + 4,50 % a.a. a 13,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	1.283	2.169 (k)
10.a Diversos	Diversos (Finame)	TJLP + 1% a.a. a 4,3%	N/I	-	-	Julho de 2015	4.761	8.129 (k)
10.b ViaOeste	Banco Alfa	105% do CDI	N/I	-	-	Fevereiro de 2011	-	30.073 (m)
	Diversos Itaú Leasing S.A. (Leasing)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	978	390 (k)
	Diversos Banco Alfa S.A. (Leasing)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	7.415	9.861 (k)
	Diversos Bradesco S.A. (Leasing)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Dezembro de 2012	2.555	2.309 (k)
	SPVias Diversos (Leasing)	CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a.	N/I	-	-	Junho de 2013	1.649	1.562 (k)
Subtotal em moeda nacional							596.799	703.123
Em moeda estrangeira								
3.a SPVias	BNDES - FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1.673	2.293 (f)
6. RodoAnel Oeste	BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 3,5% a.a.	5,6514% (a)	15.089	-	Novembro de 2022	-	320.739 (i)
6. RodoAnel Oeste	BID - B Loan	US\$ +LIBOR + 3,75% a.a.	5,9271% (a)	22.633	-	Novembro de 2024	-	481.107 (i)
5.a ViaLagos	HSBC Bank Brasil S.A.	US\$ + 1,66% a.a	3,0347% (a)	879	-	Agosto de 2011	-	66.466 (m)
5.b ViaLagos	Merrill Lynch (c)	US\$ + 1,73% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	87.396	- (m)
8. ViaQuatro	BID - B Loan	US\$ + LIBOR + 1,9% a.a. à 2,5 % a.a.	3,7516% (a) (b)	13.906	10.203	Fevereiro de 2020	253.262	192.767 (i)
8. ViaQuatro	BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 2,2% a.a. à 2,8 % a.a.	4,2287% (a) (b)	3.903	2.873	Fevereiro de 2023	73.157	55.718 (i)
9. Rodonorte	Merrill Lynch (c)	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2013	84.897	- (m)
Subtotal em moeda estrangeira							500.385	1.119.090
							1.097.184	1.822.213

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	351	305	132.213	424.574
Custos de transação	-	-	(3.267)	(5.944)
	351	305	128.946	418.630
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	137	435	979.204	1.449.437
Custos de transação	-	-	(10.966)	(45.854)
	137	435	968.238	1.403.583

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de hedge, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa 29 para maiores detalhes)."

Garantias

(d) Penhor de 45% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(e) Fiança bancária.

(f) Fiança bancária com aval do acionista controlador

(g) Fidejussória e Bens financiados.

(h) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.

(i) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e suporte dos acionistas controladores para determinados eventos.

(j) Fiança do acionista controlador.

(k) Bens financiados.

(l) Aval do acionista controlador.

(m) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
2013	137	474.847
2014	-	114.057
2015	-	108.437
Após 2015	-	281.863
Total	<u>137</u>	<u>979.204</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos FINAME, quando a TJLP for superior a 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor e liquidada juntamente com este.

1. AutoBAn

- a) Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em seis parcelas, entre os anos de 2009 e 2011, sendo que em 25 de novembro de 2011 foi liberada a última parcela, no valor de R\$ 20.397.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 estão sendo pagos mensalmente. A última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

- b) Em 15 de julho de 2011, foram liquidados antecipadamente, por decisão da administração, os contratos de FINEM com vencimento original em janeiro de 2012.
- c) Em 14 de outubro de 2011, foi contratada fiança bancária junto ao Banco Bradesco S.A., a fim de substituir as garantias do contrato (ações, recebíveis, conta caução, indenização) e liberar os *covenants*, sendo que a formalização dessa substituição ocorreu em 24 de novembro de 2011.

2. Renovias

- a) Em 15 de dezembro de 2011, foi totalmente liquidado, o crédito com o BNDES, com vencimento original em dezembro de 2011.
- b) Em 14 de dezembro de 2011, foi firmado contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 130.000 divididos em 8 subcréditos, dos quais R\$ 65.000 foram liberados em 23 de dezembro de 2011 para os subcréditos A1, A2, B1 e B2. O restante será liberado trimestralmente, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado.

Os subcréditos A1 e A2, nos montantes de R\$ 23.441 e R\$ 10.046, respectivamente, serão amortizados em 53 prestações mensais a partir de julho de 2012, com juros pagos trimestralmente, entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, mensalmente, entre julho de 2012 e novembro de 2016.

Os subcréditos B1 a B6, nos montantes entre R\$ 3.329 e R\$ 44.096, serão amortizados em 33 prestações mensais a partir de agosto de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensalmente, entre agosto de 2013 e abril de 2016.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos; e
- Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de 15% da receita bruta auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 1ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA.

3. SPVias

- a) Em 28 de março de 2003, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 67.400 (subcrédito A – R\$ 53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira – R\$ 13.480). Na mesma data, foi firmado contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF), através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes acima e com as mesmas remunerações e vencimentos.

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A e entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013 para o subcrédito B.

A última parcela de juros do subcrédito A será paga em 15 de setembro de 2013 e a do subcrédito B, em 15 de outubro de 2013.

A investida possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3%, respectivamente ao BNDES e à CEF, sobre a receita que ultrapassar correspondente ao volume de veículos o estipulado no contrato. Para cumprimento dessa obrigação, há provisão na rubrica outras contas a pagar.

A principal garantia compartilhada entre os financiadores e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

- b) Em 07 de julho de 2008, foi firmado contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 (subcrédito A – R\$ 52.526 e subcrédito B – R\$ 121.930).

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018 e para o subcrédito B, o principal será amortizado em 78 parcelas mensais a partir de 15 de agosto de 2012 até 15 de janeiro de 2019.

Os juros são pagos mensalmente a partir de 15 de novembro de 2010 para o subcrédito A e a partir de 15 de agosto de 2012 para o subcrédito B, até o vencimento final de cada subcrédito.

A principal garantia compartilhada entre esse financiamento e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes deste contrato, até a sua liquidação.

- c) Em 09 de setembro de 2009 e posteriores aditivos, a controlada firmou em conjunto com a controladora (garantidora), o Banco Itaú BBA S.A e o Banco Santander Brasil S.A. o 3º termo de aditamento ao Convênio de Prestação de Fiança. Neste aditivo, as garantias de projeto estabelecidas no Convênio foram canceladas e substituídas pela prestação de fiança/aval pela CCR. Em 28 de junho de 2011, foi assinado o 4º termo aditivo, onde foi retirada a obrigação:

- Não observância, ou falta de comprovação dos indicadores financeiros (*covenants*) semestrais e anuais citados abaixo:
 - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, maior ou igual a 1,0, onde: $(EBITDA - \text{Variação do Capital de Giro} - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social} - \text{CAPEX} + \text{Novas Dívidas de Longo Prazo} + \text{Desembolso do BNDES para CAPEX}) / (A \text{ Soma de Principal e Juros})$.
 - Dívida Líquida/EBITDA, menor ou igual a 2,5 no ano de 2010 e menor ou igual a 2,3 a partir de 2011.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é efetuar a redução de capital sem prévia anuência dos credores.

- d) Em 04 de novembro de 2010, foram emitidas quatro Cédulas de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Bradesco e Itaú BBA, no valor total de R\$ 50.337 e R\$ 95.079, com vencimento para 28 de setembro de 2011, remuneração de 116,50% do CDI e garantia da controladora. Em 22 e 29 de setembro de 2011, foram firmados aditivos contratuais prorrogando a data de vencimento para 28 de fevereiro de 2013, mantendo as demais condições inicialmente contratadas.

4. Ponte

- a) Em 07 de julho de 2011, realizou-se aditamento do valor do principal, do vencimento e da remuneração à CCB contratada junto ao Banco Santander S/A, no montante de R\$ 11.000, com vencimento de juros e principal em 03 de julho de 2012 e com remuneração correspondente a 111% do CDI.
- b) Em 24 de novembro de 2011, realizou-se aditamento do vencimento e da remuneração à CCB contratada, junto ao Banco Itaú BBA S.A., no valor de R\$ 11.000, com vencimento de juros e principal em 19 de novembro de 2012 e com remuneração correspondente a 112,50% do CDI.

5. ViaLagos

- a) O contrato de empréstimo foi integralmente liquidado em agosto de 2011.
- b) Em 15 de agosto de 2011, foi contratado empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 47.400 mil, equivalente a R\$ 77.072, com vencimento em 15 de agosto de 2013, sendo o pagamento de juros trimestral e pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI.

6. RodoAnel Oeste

Em 16 de maio de 2011, o contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), foi totalmente liquidado.

7. Controlar

Em 24 de novembro de 2009, foi contratado financiamento com o Banco Itaú BBA, no montante de R\$ 70.000, sendo que o valor integral foi liberado até 31 de março de 2010.

A remuneração corresponde à variação do CDI, acrescida de 1,7% a.a., com amortização do principal e pagamento de juros trimestral entre março de 2010 e dezembro de 2013.

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R\$ 100.000;
- Manutenção do índice de endividamento líquido / EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;
- Restrição de distribuição de dividendos, pela investida, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura de cada contrato e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas sem a prévia anuência do financiador.

8. ViaQuatro

Em 07 de outubro de 2008, foi contratado financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

Financiamento BID A (fase I): Possui valor de US\$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos;

Financiamento BID A (fase II): Possui valor de US\$ 59.500 mil. O prazo e o custo equivalentes às condições de mercado no momento da fase II.

Financiamento BID B (somente fase I): Possui valor de US\$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos.

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (*ABR Prime*) em substituição à *Libor* quando esta não refletir de modo adequado e justo o custo para as partes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do contrato de concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado deste;
- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento;
- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos);
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da investida em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;
- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após o último desembolso do financiamento da fase I do projeto;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de conclusão do projeto da fase I;

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a conclusão do projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, apresentar no mínimo, índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + *fees* e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

9. RodoNorte

Em 10 de novembro de 2011, foi contratado empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 45.819 mil, equivalente a R\$ 80.000, com vencimento final em 14 de novembro de 2013, sendo o pagamento de juros semestral e pagamento do principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI.

10. FINAMES

- a) Contratados entre os anos de 2007 e 2011 pelas investidas AutoBAN, RodoNorte, RodoAnel Oeste, ViaOeste, NovaDutra e SPVias, no montante total de R\$ 6.044, possuem remuneração entre 1% a.a. e 13% a.a. mais TJLP e destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.
- b) O contrato de Finame foi totalmente liquidado em fevereiro de 2011.

20. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2011	2010 (Reclassificado)
					2011				
1.a CCR	2a Emissão - Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	-	Março de 2011	-	38.812	(c)
1.b CCR	4a Emissão - Série única	14,75% a.a.	0,3974% (a)	17.532	-	Dezembro de 2018	-	485.334	(d)
1.c CCR	5a Emissão - Série 1	112% do CDI	0,7282% (b)	3.550	-	Dezembro de 2011	-	467.823	(d)
1.c CCR	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	537	Agosto de 2014	175.877	164.575	(d)
Subtotal - controladora								175.877	1.156.544
2. RodoNorte	2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	975	Novembro de 2015	202.120	215.384	(c)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	131	Abril de 2014	74.034	93.848	(e)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	104	Outubro de 2013	56.255	80.237	(e)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	30	Abril de 2012	46.736	138.311	(e)
3.b AutoBAn	2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	206	Setembro de 2012	133.806	140.129	(c)
3.c AutoBAn	3a Emissão - Série única	106,50% do CDI	0,1021% (b)	83	-	Dezembro de 2011	-	75.880	(c)
3.d AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0805% (a)	40	-	Novembro de 2011	-	50.479	(c)
3.e AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	518	Novembro de 2012	959.866	-	(c)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	800	Julho de 2015	130.016	166.840	(f)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	639	Julho de 2015	128.028	152.058	(f)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	551	Janeiro de 2015	105.825	134.034	(f)
4.b ViaOeste	2a Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	831	Dezembro de 2016	227.096	249.660	(c)
4.c ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	740	480	Fevereiro de 2015	156.122	-	(c)
5.a RodoAnel Oeste	1a Emissão - Série 1	117,50% do CDI	0,1634% (b)	188	-	Novembro de 2012	-	42.624	(g)
5.a RodoAnel Oeste	1a Emissão - Série 2	117,50% do CDI	0,1634% (b)	3.577	-	Novembro de 2012	-	809.859	(g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (b)	1.684	1.398	Maio de 2014	507.337	-	(g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1131% (b)	2.483	2.169	Maio de 2015	557.599	-	(g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1142% (b)	4.197	3.713	Maio de 2016	759.728	-	(g)
6.a Renovias	1a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	485	235	Fevereiro de 2015	55.766	55.627	(c)
7. SPVias	1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433 % (b)	-	-	Fevereiro de 2013	934.912	822.753	(g)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	1.150	Setembro de 2015	304.877	302.968	(d)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	767	Setembro de 2015	203.325	202.033	(c)
8.b NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	13	12	Novembro de 2012	131.366	-	(c)
								5.850.691	4.889.268
				Controladora		Consolidado			
				2011	2010	2011 2010			
Circulante									
Debêntures e notas promissórias				62.172	65.933	1.759.503 1.434.611			
Custos de transação				(279)	(2.869)	(5.979) (7.602)			
				61.893	63.064	1.753.524 1.427.009			
Não Circulante									
Debêntures				114.242	1.108.653	4.106.434 3.484.922			
Custos de transação				(258)	(15.173)	(9.267) (22.663)			
				113.984	1.093.480	4.097.167 3.462.259			

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias

(c) Não existem garantias

(d) Flutuante

(e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(g) Fidejussória do acionista controlador

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
2013	57.121	1.452.652
2014	57.121	990.258
2015	-	868.069
Após 2015	-	795.455
Total	<u>114.242</u>	<u>4.106.434</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

As definições dos termos descritos nos *covenants* devem ser verificadas na escritura de cada uma das operações.

1. CCR

- a) Em março de 2011, foi liquidada a última parcela das debêntures da 2ª emissão.
- b) Em dezembro de 2011, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das debêntures da 4ª emissão.
- c) Em 1º de agosto de 2009, foram emitidas 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1, podendo ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

Em dezembro de 2011, a totalidade das debêntures da 1ª série desta emissão foi liquidada antecipadamente.

Os pagamentos de juros estão sendo realizados anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e de 2014 e amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas anuais, entre 1º de agosto de 2012 e de 2014.

Em 23 e 28 de abril de 2010, foram contratadas operações de *swap* onde houve a troca do indexador IPCA +7,5% a.a, para todos os vencimentos de juros, por um percentual do CDI que varia entre 108% e 109,65% (maiores detalhes vide nota explicativa 29 – Instrumentos financeiros).

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

2. RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

3. AutoBAn

- a) Em 1º de abril de 2006, foram emitidas 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 (nove mil e oitocentas) para a 1ª e 2ª séries e 31.400 (trinta mil e quatrocentas) para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$ 533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série: A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- Segunda série: A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- Terceira série: A amortização do principal está sendo realizada em sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e de 2012 e o pagamento dos juros, semestralmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da investida contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a investida contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

- b) Em 25 de março de 2010, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 130 (cento e trinta) debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de abril de 2010, pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 24 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012. A amortização do principal será em parcela única em 25 de setembro de 2012.

As debêntures podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês após a data de emissão, o valor do resgate será acrescido de prêmio de 0,5%.

- c) Em dezembro de 2011, foi liquidada a última parcela das debêntures da 3ª emissão.
- d) Em 24 de novembro de 2011, foram liquidados os contratos de notas promissórias junto ao HSBC Bank.
- e) Em 25 de novembro de 2011, foi realizada a 2ª emissão de notas comerciais, no total de 380 (trezentos e oitenta) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 950.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

4. ViaOeste

- a) Em 1º de julho de 2007, a investida emitiu 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 (vinte e oito mil) debêntures e a segunda e a terceira séries de 18.500 (dezoito mil e quinhentas) debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as definidas na escritura.
 - Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
 - Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentar, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + *fees* e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3.
- b) Em 22 de dezembro de 2009, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 23 de dezembro de 2009 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 22 de junho de 2011 e 22 de dezembro de 2016. A amortização do principal está sendo realizada em 11 parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e de 2016, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

- c) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:

- Não realizar novas emissões de debêntures da espécie quirografária, com garantia real ou com garantia flutuante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão (“Emissões para finalidades diversas”), até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão;
- Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 3 e/ou o Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) seja inferior a 1,20;
- Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

5. RodoAnel Oeste

- a) Em 28 de julho de 2011, por decisão da administração, foi liquidada antecipadamente a totalidade da 1ª emissão.
- b) Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 (cinquenta mil) e as da 2ª série de 55.000 (cinquenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encalço (5%).

Os juros correspondentes à 1ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2014, os juros da 2ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2015 e os juros da 3ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2016.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio equivalente a 0,15% para a 1ª série, 0,20% para a 2ª série e 0,40% para a 3ª série, todos decrescentes proporcionalmente ao prazo remanescente da respectiva série.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

6. Renovias

- a) Em 1º de fevereiro de 2010, a Renovias realizou a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 (cento e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R\$ 140.000.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, entre 1º de março de 2010 a 1º de fevereiro de 2015. O principal está sendo amortizado em 37 parcelas mensais, entre 1º de fevereiro de 2012 e de 2015.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será acrescido de um prêmio de 0,60%.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- (i) Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro; e
- (ii) Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

7. SPVias

Em 22 de dezembro de 2010, a investida assumiu por sucessão, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 (oitocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387.

O pagamento dos juros e principal no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento.

Um dos principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado é a extinção, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou investida da Controladora seja titular, que represente individualmente ou de forma agregada, 25% ou mais do faturamento consolidado anual da Controladora.

8. NovaDutra

- a) Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000 (quinhentas mil), divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000 (trezentas mil), possuem garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000 (duzentas mil), são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal, caso o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
 - Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- b) Em 25 de novembro de 2011, realizou-se a 1ª emissão de notas promissórias, no total de 26 (vinte e seis) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 130.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

21. Pagamentos baseados em ações (plano de incentivo de longo prazo)

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UIs.

Cada UI é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor (“UVV”). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem três Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005, o Plano 2 no ano de 2007 e o Plano 3 no ano de 2010. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVVs. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UIs ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UIs serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico. Em 2011 foi aprovado pelo CAD um programa específico relativo a aditivo contratual na ViaOeste. A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UIs, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 5.665 no exercício de 2011 (R\$ 8.639 no exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 17.403 (R\$ 17.986 em 31 de dezembro de 2010).

		Saldo Total em 31.12.2010			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2010			Outorga entre 01.01 e 31.12.2011			Canceladas entre 01.01 e 31.12.2011		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.10	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.10	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.11	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.10	Total
Plano 1	Programa 3 (2006)	53.263	77,22	4.113	53.263	77,22	4.113	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	350.528	19,04	6.673	350.528	19,04	6.673	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	336.843	18,12	6.103	336.843	18,12	6.103	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 6 (2009)	250.200	18,45	4.617	76.806	16,63	1.277	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 7 (2010)	-	-	-	-	-	-	537.435	17,52	9.417	-	-	-
Plano 3	Programa 8 (2011)	-	-	-	-	-	-	356.577	20,90	7.451	-	-	-
NN	Nov Neg VO (2011)	-	-	-	-	-	-	133.740	20,90	2.795	-	-	-
Custo aquisição UI's		-	-	(180)	-	-	(180)	-	-	(514)	-	-	-
Total		990.834		21.326	817.440		17.986	1.027.752		19.149	-	-	-
		Exercidas entre 01.01 e 31.12.2011			Saldo Total em 31.12.2011			Exercíveis em 30.06.2012			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2011		
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.11	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.11	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.11	Total
Plano 1	Programa 3 (2006)	53.263	77,09	4.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	53.871	15,24	821	296.658	17,62	5.226	296.657	17,62	5.226	296.658	17,62	5.226
Plano 2	Programa 5 (2008)	72.111	10,72	773	264.732	16,00	4.235	176.488	16,00	2.824	264.732	16,00	4.235
Plano 2	Programa 6 (2009)	53.562	9,34	500	196.638	18,35	3.609	65.546	18,35	1.203	196.638	18,35	3.609
Plano 3	Programa 7 (2010)	70.107	8,02	562	467.328	17,52	8.188	-	-	-	182.761	16,70	3.052
Plano 3	Programa 8 (2011)	-	-	-	356.577	20,90	7.451	-	-	-	55.380	20,01	1.108
NN	Nov Neg VO (2011)	-	-	-	133.740	20,90	2.795	-	-	-	20.771	20,01	416
Custo aquisição UI		-	-	-	-	-	(694)	-	-	(80)	-	-	(243)
Total		302.914		6.763	1.715.673		30.810	538.691		9.172	1.016.941		17.403

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelos de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados	R\$ 47,26 (Plano 2), R\$ 44,36 (Plano 3 e Nov. Neg VO)
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate (R\$), com correções futuras estimadas, acordo com os critérios do programa	Programa 4, 27,91 para 2012
		Programa 5, 34,07 para 2012 e 35,70 para 2013
		Programa 6, 34,07 para 2012, 35,70 para 2013 e 37,37 para 2014
		Programa 7, 37,36 para 2013, 39,11 para 2014 e 41,36 para 2015
		Programa 8, 38,75 para 2014, 40,98 para 2015 e 43,58 para 2016
		Prog. Nov. Neg VO, 38,75 para 2014, 40,98 para 2015 e 43,58 para 2016
Tempo	Prazo decorrido entre a data base destas demonstrações financeiras e prazo de resgate da tranche de cada programa	180 dias p/ resgates de 2012 e 360 dias adicionais p/ cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Cia. entre 1º.01.2003 até a data base desta demonstração financeira	2,50% a.d.
<i>Dividend Yield</i>	Média histórica anual entre 2003 e a data base destas demonstrações financeiras	4,30% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Estimativa na data base destas demonstrações financeiras do CDI para os períodos em análise	9,23% (2012), 8,23% (2013), 8,73% (2014), 9,73% (2015) e 8,98% (2016)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras	2,42%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras	53,41% no primeiro ano e 53,89% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado	
Modelo utilizado na avaliação	<i>Black-Scholes-Merton</i>	

22. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	48.050	59.092
ISS	282	194	27.331	25.074
COFINS	536	870	20.864	20.224
IRRF	29	23	25.610	9.285
PIS, COFINS e CSLL retidos	22	79	3.211	3.980
PIS	116	189	3.333	3.006
INSS retido	867	32	9.086	4.072
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	46	46	424	605
	<u>1.898</u>	<u>1.433</u>	<u>137.909</u>	<u>125.338</u>

b) Impostos e contribuições parcelados – Consolidado

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante					
IRPJ	25.192	1.885	(289)	(26.788)	-
CSLL	9.781	621	(85)	(10.317)	-
PIS	1.387	2.910	(1.076)	(3.221)	-
COFINS	4.928	580	(3.604)	(1.904)	-
IRRF	34	2	-	(36)	-
ISS	2.077	3.613	(5.500)	-	190
INSS	735	28	-	(763)	-
PAES	-	22	(2.036)	4.085	2.071
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	1.935	(26.238)	68.872	44.569
Total	<u>44.134</u>	<u>11.596</u>	<u>(38.828)</u>	<u>29.928</u>	<u>46.830</u>
Não circulante					
IRPJ	316.296	12.572	-	(328.868)	-
CSLL	121.140	4.799	-	(125.939)	-
PIS	1.475	4.576	-	(6.051)	-
COFINS	2.668	66	-	(2.672)	62
IRRF	384	13	-	(397)	-
INSS	6.218	238	-	(6.456)	-
IRPJ	455	183	-	(638)	-
CSLL	52	30	-	(82)	-
PAES	-	118	-	918	1.036
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	21.047	-	440.257	461.304
Total	<u>448.688</u>	<u>43.642</u>	<u>-</u>	<u>(29.928)</u>	<u>462.402</u>

- (1) Os impostos parcelados através da Lei 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais, consecutivas e atualizadas mensalmente com base na taxa SELIC.

23. Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e, (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Constituição / reversão de provisão	Pagamentos	Transferências	Saldo Final
Não circulante					
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	15.624	7.967	(8.025)	(358)	15.208
Trabalhistas e previdenciárias	3.773	5.818	(6.382)	358	3.567
Tributárias	1.665	186	(195)	-	1.656
	<u>21.062</u>	<u>13.971</u>	<u>(14.602)</u>	<u>-</u>	<u>20.431</u>

A Companhia e suas investidas possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2011	2010
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	117.625	70.794
Trabalhistas e previdenciárias	11.041	11.476
Tributárias	36.372	36.744
Outras (a) e (b)	53.539	-
	<u>218.577</u>	<u>119.014</u>

(a) Trata-se de ação proposta pelo Banco Espírito Santo S/A, Caixa Banco de Investimento S/A e Credit Agricole Corporate and Investment Bank em face do RodoAnel visando ao recebimento de um valor de liquidação (*close-out amount*), análogo a uma multa por pagamento antecipado, no contexto de operações de *swap* de taxa de juros firmadas entre RodoAnel e cada um dos autores, que foram liquidadas antecipadamente, em decorrência do pagamento antecipado voluntário pelo Rodoanel de empréstimo junto ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) (“Empréstimo BID/JBIC”). O RodoAnel compareceu aos autos, solicitando julgamento antecipado da lide por entender que se trata de questão a ser dirimida exclusivamente com base nos contratos de swap firmados com cada um dos autores da ação judicial. O pedido de julgamento sumário foi negado. O RodoAnel pretende interpor recurso contra essa decisão. O processo encontra-se em fase de produção de provas.

(b) Valor equivalente a USD 28.542 mil em 31 de dezembro de 2011.

Além de efetuarem depósitos judiciais, foram contratadas fianças bancárias no montante de R\$ 118.605 para os processos em andamento.

24. Arrendamento mercantil

a) Operacional - Consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	2011	2010
Até um ano	2.355	3.373
Acima de 1 ano e até cinco anos	4.453	4.604

A Companhia e suas investidas operam com 248 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

	2011	2010
Despesa com arrendamento mercantil operacional	6.617	9.900

b) Financeiro

A Companhia e suas investidas possuem ativos num montante de R\$ 25.186 (R\$ 19.735 em 31 de dezembro de 2010), obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas investidas.

	Taxa média anual de depreciação %	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Móveis e Utensílios	10	-	175	-	245
Máquinas e Equipamentos	15	-	2.498	-	2.821
Equipamentos de Telefonia	15	-	13	-	16
Equipamentos de Informática	15	-	767	-	1.164
Veículos	20	966	14.100	776	13.436
Softwares	12	-	34	-	11
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	6	-	725	-	917
		<u>966</u>	<u>18.312</u>	<u>776</u>	<u>18.610</u>

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Controladora			
	2011		2010	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	422	352	329	305
Acima de um ano e até 2014	174	137	460	435
	<u>596</u>	<u>489</u>	<u>789</u>	<u>740</u>

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	9.816	7.805	7.007	6.632
Acima de um ano e até 2014	7.778	5.280	8.645	8.230
	<u>17.594</u>	<u>13.085</u>	<u>15.652</u>	<u>14.862</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2011, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 1.648 (R\$ 1.116 em 31 de dezembro de 2010) relativos a despesas financeiras e R\$ 2.758 (R\$ 1.714 em 31 de dezembro de 2010) relativos a despesas de depreciação.

25. Provisão de manutenção

	2010	2011				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante						
Provisão de manutenção	<u>283.567</u>	<u>53.127</u>	<u>25.144</u>	<u>(342.342)</u>	<u>203.325</u>	<u>222.821</u>
Não circulante						
Provisão de manutenção	<u>276.504</u>	<u>85.953</u>	<u>45.496</u>	<u>(1.205)</u>	<u>(203.325)</u>	<u>203.423</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante provisionado corresponde a R\$ 513.666 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 681.850 em 31 de dezembro de 2010).

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 25 de novembro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária da CCR, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária foi desdobrada em quatro ações, passando o capital social autorizado a ser composto por 1.920.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Anteriormente, o capital autorizado era de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado era de 441.396.800 ações ordinárias.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 19 de abril de 2011, foi aprovado em AGO, o pagamento de dividendos complementares, relativos aos lucros do exercício de 2010, no montante de R\$ 100.775, correspondente a R\$ 0,228309 por ação, com início de pagamento para 29 de abril de 2011, tendo sido os dividendos, aprovados e pagos na data prevista.

Em 29 de agosto de 2011, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2011, no valor de R\$ 701.821, correspondente a R\$ 1,59 por ação, com início de pagamento realizado a partir de 30 de setembro de 2011, sendo R\$ 401.822 relativos ao saldo de reserva de retenção de lucros do exercício de 2010 e R\$ 300.000 referentes aos lucros apurados no primeiro semestre de 2011.

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 100.775, correspondentes a R\$ 0,057077 por ação, a ser submetido à aprovação da próxima AGO.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2011 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	887.962
(-) Constituição de reserva legal	<u>(44.398)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>843.564</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	210.891
Dividendos intermediários pagos	300.000
Dividendo adicional proposto	100.775

e. Ajuste acumulado de conversão (Controladora e Consolidado)

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f. Lucro por ação básico e diluído

(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Numerador				
Lucro líquido disponível para acionistas controladores	887.962	663.758	899.372	671.722
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído	573.815.840	441.396.800	605.591.857	441.396.800
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	1,55	1,50	1,49	1,52

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

27. Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de pedágio	-	-	4.631.848	3.864.273
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	556.724	881.403
Receitas administrativas	89.429	44.992	266.050	218.407
Receitas de operação de rodovia	81.750	41.872	2.198	334
Receitas acessórias	-	-	79.197	69.390
Receitas metroviárias	-	-	63.270	9.903
Receita bruta	171.179	86.864	5.599.287	5.043.710
Impostos sobre receitas	(18.737)	(8.141)	(455.697)	(376.754)
Descontos e abatimentos	-	-	(9.294)	(9.700)
Deduções da receita bruta	(18.737)	(8.141)	(464.991)	(386.454)
Receita líquida	152.442	78.723	5.134.296	4.657.256

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil	(153.727)	(137.867)	(869.988)	(547.115)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.680)	(8.535)	(33.688)	(63.336)
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	(151.924)	(166.244)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	-	-	(11.168)	(1.785)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(7.596)	(4.000)
Perda com operações de derivativos	(10.429)	(5.957)	(53.594)	(173.965)
Valor justo sobre financiamentos	-	-	(2.992)	-
Juros sobre impostos parcelados	-	(18)	(55.238)	(40.115)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(70.640)	(91.630)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	47.286	74.266
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(203)	-	(1.849)	(4.954)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09	-	-	-	(24.800)
IOF	(1.064)	(24)	(9.392)	(14.026)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(8.489)	(986)	(52.490)	(33.396)
	<u>(184.592)</u>	<u>(153.387)</u>	<u>(1.273.273)</u>	<u>(1.091.100)</u>
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre mútuos	128.505	72.116	2.866	1.109
Ganho com operações de derivativos	16.693	6.432	38.903	29.509
Descontos obtidos	76	15	2.022	29.564
Descontos obtidos - Lei nº 11.941/09	-	-	-	17.856
Rendimento sobre aplicações financeiras	81.927	121.408	143.410	144.785
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	119.693	217.238
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.459	6
Juros e outras receitas financeiras	<u>9.681</u>	<u>8.383</u>	<u>42.182</u>	<u>23.095</u>
	<u>236.882</u>	<u>208.354</u>	<u>350.535</u>	<u>463.162</u>
Resultado financeiro líquido	<u>52.290</u>	<u>54.967</u>	<u>(922.738)</u>	<u>(627.938)</u>

29. Instrumentos financeiros

Política

A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

	Controladora							
	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	363.917	-	-	363.917	789.708	-	-	789.708
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	13.591	-	13.591	-	9.807	-	9.807
Mútuos - partes relacionadas	-	1.039.836	-	1.039.836	-	921.832	-	921.832
Contas a receber com operações de derivativos	16.982	-	-	16.982	4.299	-	-	4.299
Passivos								
Debêntures	-	-	(175.877)	(175.877)	-	-	(1.156.544)	(1.156.544)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(488)	(488)	-	-	(740)	(740)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(5.447)	(5.447)	-	-	(3.221)	(3.221)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(4.259)	(4.259)	-	-	(7.102)	(7.102)
Plano de incentivo - partes relacionadas	-	-	(17.403)	(17.403)	-	-	(17.986)	(17.986)
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(1.916)	(1.916)	-	-	(1.916)	(1.916)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	-	(2.057)	-	-	(2.057)
	<u>380.899</u>	<u>1.053.427</u>	<u>(205.390)</u>	<u>1.228.936</u>	<u>791.950</u>	<u>931.639</u>	<u>(1.187.509)</u>	<u>536.080</u>
	Consolidado							
	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	733.325	-	-	733.325	1.145.043	-	-	1.145.043
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	638	-	-	638	1.580	-	-	1.580
Contas a receber	-	246.356	-	246.356	-	186.889	-	186.889
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	163.199	-	163.199	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	30.673	-	30.673	-	139.896	-	139.896
Contas a receber com operações de derivativos	33.689	-	-	33.689	12.760	-	-	12.760
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(244.424)	(244.424)	-	-	(338.420)	(338.420)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(13.085)	(13.085)	-	-	(14.862)	(14.862)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(339.290)	(339.290)	-	-	(400.320)	(400.320)
Empréstimos em moeda estrangeira	(172.293)	-	-	(172.293)	-	-	(66.466)	(66.466)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(328.092)	(328.092)	-	-	(1.052.624)	(1.052.624)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(5.850.691)	(5.850.691)	-	-	(4.838.789)	(4.838.789)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(579.809)	(579.809)	-	-	(560.326)	(560.326)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(69.554)	(69.554)	-	-	(45.823)	(45.823)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(37.990)	(37.990)	-	-	(40.571)	(40.571)
Plano de incentivo - partes relacionadas	-	-	(17.403)	(17.403)	-	-	(17.986)	(17.986)
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(1.916)	(1.916)	-	-	(1.916)	(1.916)
Contas a pagar com operações de derivativos	(1.222)	-	-	(1.222)	(113.146)	-	-	(113.146)
	<u>594.137</u>	<u>440.228</u>	<u>(7.482.254)</u>	<u>(6.447.889)</u>	<u>1.046.237</u>	<u>326.785</u>	<u>(7.378.103)</u>	<u>(6.005.081)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** – Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 19.
- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A ViaLagos e a RodoNorte contrataram operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 175.284 em 31 de dezembro de 2011. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 19.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa, Bloomberg) mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	245.286	251.379	405.513	423.672
Debêntures e notas promissórias	176.414	190.507	1.174.586	1.239.943	5.865.937	6.019.228	4.869.054	5.004.638

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras e conta reserva	363.917	789.708	733.963	1.146.623
Derivativos	16.982	2.242	32.467	(100.386)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(172.293)	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros Derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção com flutuações da *Libor*, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaQuatro, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 16 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da *Libor* com teto de 4,5% ao ano para todo o fluxo de juros de seu financiamento. Além disso, de acordo com política da Companhia, contratou operações de *swap* para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

A CCR realizou operações com derivativos (*swap*) visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação.

A ViaLagos e a RodoNorte, contrataram operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seus endividamentos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

		Valores de Referência (Nocional) (4)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado					
		Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a		Efeito acumulado				
Contraparte					31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Recebidos/(Pagos)	31/12/11	31/12/10	receber/(recebidos)	Valores a pagar/(pagos)	31/12/11	31/12/10		
<u>OPÇÕES DE COMPRA</u>																			
ViaQuatro																			
1	Posição ativa	Vários (1)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor	134.494	134.494	252.284	224.094	2.789	7.853	-	-	2.789	7.853	-	-	(3.819)	(5.687)
	Posição passiva				Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.														
<u>SWAP</u>																			
CCR																			
2	Posição ativa	CitiBank	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	40.000	40.000	47.137	44.030	(1.704)	-	4.493	1.084	(1.704)	-	1.614	1.084
	Posição passiva				109,65 % do CDI					(42.644)	(42.946)								
3	Posição ativa	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	30.000	30.000	35.354	33.023	(1.275)	-	3.374	819	(1.275)	-	1.279	819
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(31.980)	(32.204)								
4	Posição ativa	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	20.000	20.000	23.569	22.015	(812)	-	2.313	646	(812)	-	904	646
	Posição passiva				108 % do CDI					(21.256)	(21.369)								
5	Posição ativa	HSBC	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	30.000	30.000	35.313	32.985	(1.276)	-	3.332	781	(1.276)	-	1.279	781
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(31.980)	(32.204)								
6	Posição ativa	Merryl Linch	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	30.000	30.000	35.354	33.023	(1.219)	-	3.468	969	(1.219)	-	1.429	969
	Posição passiva				108 % do CDI					(31.885)	(32.054)								
ViaLagos																			
7	Posição ativa	Merryl Linch	15/08/2011	15/08/2013	USD + 2,0353% a.a.	47.400	-	77.072	-	87.866	-	(1.774)	-	9.637	-	(1.774)	-	8.153	-
	Posição passiva				101 % do CDI					(78.229)	-								
ViaQuatro																			
8	Posição ativa	BTG Pactual	03/10/2011	14/02/2012	USD	2.216	-	4.157	-	4.143	-	-	-	-	-	-	-	(114)	-
	Posição passiva				77 % do CDI					(4.257)	-								
9	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/08/2012	USD	2.601	-	4.879	-	4.800	-	-	-	-	-	-	-	(103)	-
	Posição passiva				67,2 % do CDI					(4.903)	-								
10	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/02/2013	USD	13.788	-	25.864	-	25.046	-	-	-	-	-	-	-	(485)	-
	Posição passiva				65,5 % do CDI					(25.530)	-								
11	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/08/2013	USD	13.622	-	25.552	-	24.326	-	-	-	-	-	-	-	(520)	-
	Posição passiva				67 % do CDI					(24.847)	-								
Rodonorte																			
12	Posição ativa	Merryl Linch	14/11/2011	14/11/2013	Libor + 1,5 % a.a.	45.819	-	80.000	-	85.537	-	-	-	4.281	-	-	-	4.281	-
	Posição passiva				101 % do CDI					(81.256)	-								
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2011								619.808	374.094	32.467	12.152	(8.060)	-	33.687	12.152	(8.060)	-	13.898	(1.388)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS ATÉ 31/12/2011										-	(112.538)	(143.401)	(35.930)	(1.070)	(2.272)	(144.471)	78.436	(31.623)	(143.068)
TOTAL DAS OPERAÇÕES										32.467	(100.386)	(151.461)	(35.930)	32.617	9.880	(152.531)	78.436	(17.725)	(144.456)

- (1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo investment p.l.c, Soci   Generale/ Paris;
- (2) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009;
- (3) Os contratos de *swap* possuem vencimentos intermediários em agosto de 2012 e 2013;
- (4) Refere-se ao valor base do primeiro vencimento numa série com vários vencimentos, ou o valor base de um vencimento   nico.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2011	2010
Riscos cambiais	(24.230)	(148.755)
Riscos de juros	6.505	4.299
Total	(17.725)	(144.456)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas investidas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento    Instrução CVM n   475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto a variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos (*hedge*) além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x USD = 1,8758). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	339.497	Aumento da cotação do USD	-	(84.874)	(169.748)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2012	(7.170)	Diminuição da cotação do USD	-	1.793	3.585
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2012	(8.413)	Diminuição da cotação do USD	-	2.103	4.206
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2013	(44.591)	Diminuição da cotação do USD	-	11.148	22.296
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(44.057)	Diminuição da cotação do USD	-	11.014	22.028
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(58.816)	(117.633)
ViaLagos						
Dívida em USD (resolução 4131)	Agosto de 2013	89.101	Aumento da cotação do USD	-	(22.275)	(44.550)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(88.545)	Diminuição da cotação do USD	-	22.136	44.272
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(139)	(278)
Rodonorte						
Dívida em USD (resolução 4131)	Novembro de 2013	86.184	Aumento da cotação do USD	-	(21.546)	(43.092)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(85.656)	Diminuição da cotação do USD	-	21.414	42.828
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(132)	(264)
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(59.087)	(118.175)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2012 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Passivos Financeiros						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Fevereiro de 2023	339.495	(9.580)	(10.278)	(10.976)
Hedge (opções) de taxa de juros (7)		Fevereiro de 2023		-	-	-
Efeito líquido				(9.580)	(10.278)	(10.976)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	176.414	(25.456)	(28.526)	(31.595)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	(176.414)	25.456	28.526	31.595
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	176.414	(21.123)	(26.435)	(31.760)
Efeito líquido				(21.123)	(26.435)	(31.760)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	365.567	(55.491)	(61.735)	(66.618)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	4.232.194	(510.417)	(638.647)	(767.218)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Novembro de 2012	960.384	(110.058)	(137.238)	(164.803)
CCB	Aumento do CDI	Julho de 2015	245.286	(30.998)	(38.378)	(45.775)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	84.897	(8.873)	(11.092)	(13.311)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	87.396	(8.545)	(10.682)	(12.819)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2012	7.361	(75)	(121)	(144)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2012	8.621	(381)	(720)	(860)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	45.674	(3.181)	(6.246)	(7.495)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	45.144	(3.218)	(6.173)	(7.408)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(761.940)	(947.745)	(1.129.187)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			10,87%	13,59%	16,31%
	IGP-M (3)			5,10%	6,37%	7,65%
	IPC-A (4)			6,50%	8,13%	9,76%
	LIBOR 6 meses (5)			0.8085%	1.0106%	1.2128%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/12/2011, divulgada pela CETIP.
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.
- (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (5) Refere-se às taxas *Libor* de 6 meses, divulgados pela BBA (British Bankers Association) em 30/12/2011.
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.
- (7) Existem contratos de opção (*cap*) para proteger o aumento da *Libor* de 6 meses, cujo preço de exercício é 4,5% a.a. As opções de compra somente geram efeitos se a *Libor* estiver acima do preço de exercício.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

30. Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – de R\$ 15.000 a R\$ 82.500;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – de R\$ 15.000 a R\$ 137.690;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – de R\$ 106 a R\$ 123.719;
- Riscos patrimoniais / operacionais – de R\$ 15.000 a R\$ 500.000;
- Perda de receita – de R\$ 6.600 a R\$ 165.500.

31. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais e mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2011	2010	2011	2010
AutoBAn	1.582.064	1.743.069	1.358.213	1.462.352
ViaOeste	315.878	349.267	272.230	294.145
Renovias (*)	151.998	167.050	108.373	113.256
	<u>2.049.940</u>	<u>2.259.386</u>	<u>1.738.816</u>	<u>1.869.753</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2011, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2012	325.085	315.843
2013	325.393	299.716
2014	325.393	284.228
2015	325.393	269.608
Após 2015 até 2018	<u>748.676</u>	<u>569.421</u>
	<u>2.049.940</u>	<u>1.738.816</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 256.972 (R\$ 572.331 no exercício de 2010).

A AutoBAn reteve 16 (dezesseis) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a fevereiro de 2011 e está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas. Esse compromisso, em 31 de dezembro de 2011, corresponde a zero, pois todos os valores retidos já foram compensados com os gastos efetuados (o saldo era de R\$114.694 em 31 de dezembro de 2010).

Outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste, Renovias e SPVias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 30.433 (R\$ 28.713 em 31 de dezembro de 2010).

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 78.664 (R\$ 56.522 no exercício de 2010).

b. Compromissos relativos às concessões

As investidas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, a serem realizados até o final do prazo da concessão, para que as mesmas possam comportar o aumento do tráfego/usuários futuro previsto e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para as concessionárias. Os valores estão apresentados abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RodoNorte	1.233.018	1.207.895
ViaQuatro (*)	1.648.316	1.555.466
AutoBAn	1.079.719	1.026.249
ViaOeste	569.071	476.558
NovaDutra	624.006	707.829
RodoAnel Oeste	378.385	281.160
Renovias (*)	292.375	360.722
Ponte	47.314	37.922
ViaLagos	147.104	10.117
SPVias	764.238	552.148
	<u>6.783.546</u>	<u>6.216.066</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Outorga Variável e Obras a executar (não circulante)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obras a executar - ViaOeste (a)	8.822	8.713
Outorga variável - SPVias (b)	20.341	30.296
	<u>29.163</u>	<u>39.009</u>

(a) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.

(b) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para os anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

32. Eventos subsequentes

- **Alteração do objeto social e aprovação para aquisição de aeroportos**

- i. Em consequência às deliberações do Conselho de Administração da Companhia e respectivos Fatos Relevantes, de 29 de agosto e 26 de dezembro de 2011, e da publicação do respectivo Edital de Convocação de Assembleia, em 16 de janeiro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, por meio da qual foram aprovadas:

Por maioria dos acionistas presentes, registradas as abstenções, a complementação do objeto social da Companhia, de forma a incluir no artigo 5º do Estatuto Social a exploração de atividades do setor de infraestrutura aeroportuária, passando referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) A exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias;*
 - (ii) A prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima;*
 - (iii) O exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e*
 - (iv) A participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.”*
- ii. Com a aprovação de 99,88% dos acionistas presentes com direito a voto, com abstenção de voto dos acionistas (a) Andrade Gutierrez Concessões S.A., Construtora Andrade Gutierrez S.A., AGC Participações Ltda. (“Grupo Andrade Gutierrez”) e (b) Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. e VBC Energia S.A. (“Grupo Camargo Corrêa”), em conjunto Acionistas Vendedores, e também com abstenção de voto dos acionistas da Companhia, Srs. Eduardo Borges de Andrade e Paulo Roberto Reckziegel Guedes, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia de 29 de agosto de 2011, em linha com o Parecer de Orientação nº 35/2008 da Comissão de Valores Mobiliários e as melhores práticas de governança corporativa, foi aprovada, arquivados na sede da Companhia, os votos contrários e registradas as abstenções apresentadas neste ato, a aquisição de participações societárias detidas pelos Acionistas Vendedores nas sociedades de propósito específico que detêm, direta ou indiretamente, concessões de infraestrutura aeroportuária e sociedades relacionadas direta e indiretamente aos seguintes ativos (“Ativos”):
 - (a) Quito, no Equador, detida, direta ou indiretamente, por Andrade Gutierrez Concessões S.A., mediante o pagamento de US\$ 140.000 mil;
 - (b) San Jose, na Costa Rica, detida, direta ou indiretamente, por Andrade Gutierrez Concessões S.A., mediante o pagamento de US\$ 50.000 mil; e
 - (c) Curaçao, detida, direta ou indiretamente, por Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A., mediante o pagamento de US\$ 24.500 mil.

Em razão da referida aprovação, a administração da Companhia está autorizada a celebrar os documentos definitivos com os Acionistas Vendedores, observadas as recomendações que constam da Carta de Recomendações de 20 de dezembro de 2011, endereçada pelo Comitê Independente da Companhia, que constitui o Anexo V da Proposta da Administração à realização da referida Assembleia Geral Extraordinária.

- iii. Os Acionistas Vendedores declararam aos demais acionistas da Companhia e ao mercado em geral que, enquanto prosseguirem com os estudos para a eventual construção e exploração de um novo aeroporto no Estado de São Paulo, denominado NASP, declaram-se impedidos de participar de decisões da Companhia relacionadas à exploração de ativos aeroportuários no Estado de São Paulo, em linha com o disposto no art. 5.7 do Acordo de Acionistas da Companhia.

- **Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio**

Em 05 de janeiro de 2012, a CCR divulgou Fato Relevante ao mercado, informando que foram celebrados os termos aditivos modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão (“Contratos de Concessão”) entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Poder Concedente) e suas controladas, quais sejam (i) Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. (AutoBAN) – Contrato de Concessão nº 005/CR/1998; (ii) Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (ViaOeste) - nº 003/CR/1998; (iii) Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias) - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000; e controlada em conjunto, (iv) Renovias Concessionária S.A. (Renovias) - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998, sendo AutoBAN, ViaOeste, SPVias e Renovias, em conjunto, “Concessionárias”.

Referidos TAMs têm como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das Concessionárias ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pelas Concessionárias, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano, a periodicidade do reequilíbrio.

- **Procedimentos administrativos ARTESP**

Em fevereiro de 2012 foram recebidas pelas controladas e controlada em conjunto, respectivamente: (i) Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAN), (ii) Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste), Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias) e Renovias Concessionária S.A. (Renovias), solicitações da ARTESP para apresentação de respectivas defesas prévias em processos administrativos referentes aos Termos Aditivos modificativos a seguir relacionados: nº 16/06 -CCR AutoBAN, nº 12/06 – CCR ViaOeste, nº 14/06 – CCR SPVias e nº 13/06 - Renovias.

Composição do Conselho de Administração

Francisco Caprino Neto	Presidente do Conselho
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	Vice-Presidente do Conselho
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	Conselheira independente
Eduardo Borges de Andrade	Conselheiro
Henrique Sutton de Sousa Neves	Conselheiro
Marcelo Pires Oliveira Dias	Conselheiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Conselheiro
Ricardo Coutinho de Sena	Conselheiro
Roberto Carlos Deutsch	Conselheiro

Composição da Diretoria

Renato Alves Vale	Diretor Presidente
Italo Roppa	Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios
José Braz Cioffi	Diretor Vice-Presidente de gestão de negócios
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Diretor Vice-Presidente de relações institucionais
Antonio Linhares da Cunha	Diretor
Arthur Piotto Filho	Diretor e Diretor de relações com investidores
Leonardo Couto Vianna	Diretor
Marcus Rodrigo de Senna	Diretor
Paulo Yukio Fukuzaki	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP 129.452/O-3